

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	22
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	23
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	65
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	155
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	156
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	158
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	159

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

160

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	2.265.046	2.477.806	2.200.098
1.01	Ativo Circulante	55.614	150.488	81.961
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.235	16.916	30.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.399	4.102	6.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.399	4.102	6.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.980	129.470	44.979
1.01.08.03	Outros	27.980	129.470	44.979
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	27.995	129.451	42.941
1.01.08.03.03	Outros Créditos	-15	19	2.038
1.02	Ativo Não Circulante	2.209.432	2.327.318	2.118.137
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	166.979	158.380	145.415
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.652	4.262	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	12.652	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.849	16.640	8.781
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.849	16.640	8.781
1.02.02	Investimentos	2.034.945	2.160.922	1.964.198
1.02.02.01	Participações Societárias	2.034.945	2.160.922	1.964.198
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	32.234	26.689	30.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.873.220	2.002.698	1.814.395
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	129.491	131.535	118.845
1.02.03	Imobilizado	51	56	61
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51	56	61
1.02.04	Intangível	7.457	7.960	8.463
1.02.04.01	Intangíveis	7.457	7.960	8.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.457	7.960	8.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	2.265.046	2.477.806	2.200.098
2.01	Passivo Circulante	33.881	126.458	54.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	745	669	899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	745	669	899
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	745	669	899
2.01.02	Fornecedores	918	1.928	1.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	918	1.928	1.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	511	1.426	4.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	509	1.416	4.684
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	97	80	192
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	412	1.336	4.492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	10	0
2.01.05	Outras Obrigações	31.707	122.435	47.878
2.01.05.02	Outros	31.707	122.435	47.878
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.499	122.219	47.657
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	208	216	221
2.02	Passivo Não Circulante	6.437	7.890	7.890
2.02.04	Provisões	6.437	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.224.728	2.343.458	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.128.157	1.345.927	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	138.085	112.433

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	1.183.472	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.207	24.370	6.468
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-243.745	-20.485	190.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	120.089	495.538	156.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.031	-29.098	-34.360
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.453	16	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	147.667	524.620	191.277
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.089	495.538	156.917
3.06	Resultado Financeiro	10.585	17.517	65.821
3.06.01	Receitas Financeiras	12.590	19.737	67.369
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.005	-2.220	-1.548
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	130.674	513.055	222.738
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-23.864
3.08.02	Diferido	0	0	-23.864
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.674	513.055	198.874
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	130.674	513.055	198.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,1968	12,5515	4,8653
3.99.01.02	PN	3,5165	13,8066	5,3518
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,1968	12,5515	4,8653
3.99.02.02	PN	3,5165	13,8066	5,3518

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	130.674	513.055	198.874
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-194.117	-178.838	211.466
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-194.117	-178.838	211.466
4.03	Resultado Abrangente do Período	-63.443	334.217	410.340

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-25.189	-31.810	-635
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.860	-25.992	-36.048
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	130.674	513.055	222.738
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.976	1.976	1.529
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-147.667	-524.620	-191.277
6.01.01.05	Constituição de Provisões	-1.453	0	0
6.01.01.07	Juros e variações monetárias	-8.390	-368	-2.793
6.01.01.08	Provisão/Reversão de Perdas de Ativos	0	-16.035	-66.245
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-329	-5.818	35.413
6.01.02.02	Outros Ativos	34	2.018	20
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-209	-7.859	28
6.01.02.04	Fornecedores	-1.010	643	13.109
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	76	-230	246
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-915	-3.258	-323
6.01.02.07	Outras Variações nos Ativos e Passivos	-8	-6	-33
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	1.703	2.874	-4.141
6.01.02.09	Dividendos Recebidos	0	0	26.507
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	179.515	61.081	-31.300
6.02.02	Aquisições de Participações Acionárias	0	0	-16.000
6.02.04	Dividendos Recebidos	179.515	61.081	0
6.02.05	Adiantamento a Partes Relacionadas	0	0	-15.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-146.007	-42.361	24.072
6.03.02	Dividendos Pagos	-146.007	-53.658	-2
6.03.03	Partes Relacionadas	0	11.297	24.074
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.319	-13.090	-7.863
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.916	30.006	37.869
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.235	16.916	30.006

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	-31.035	0	-55.287
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	-31.035	0	-55.405
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.817	-223.260	-63.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.674	0	130.674
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	29.143	-223.260	-194.117
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	29.143	-29.143	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	-194.117	-194.117
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-193.518	-128.782	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	128.782	-128.782	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	18.000	-146.221	0	-128.221
5.04.06	Dividendos	0	0	17.902	-146.221	0	-128.319
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	545.015	-210.798	334.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	513.055	0	513.055
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	31.960	-210.798	-178.838
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	31.960	-31.960	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	-178.838	-178.838
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	398.794	-398.794	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	398.794	-398.794	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.017.700	316	748.533	0	10.784	1.777.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.017.700	316	748.533	0	10.784	1.777.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.468	-56.679	0	-50.211
5.04.06	Dividendos	0	0	6.468	-7.464	0	-996
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-49.215	0	-49.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	230.811	179.529	410.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.874	0	198.874
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	31.937	179.529	211.466
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	31.937	-31.937	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	211.466	211.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	174.132	-174.132	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	174.132	-174.132	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.335	-3.445	57.575
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.788	-3.461	-8.670
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.453	16	66.245
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.335	-3.445	57.575
7.04	Retenções	-1.976	-1.976	-1.529
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.976	-1.976	-1.529
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.311	-5.421	56.046
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	160.257	544.357	192.401
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	147.667	524.620	191.277
7.06.02	Receitas Financeiras	12.590	19.737	1.124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.946	538.936	248.447
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	155.946	538.936	248.447
7.08.01	Pessoal	24.927	25.239	25.375
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.927	25.239	25.375
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	269	349	24.129
7.08.02.01	Federais	269	349	24.129
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76	293	69
7.08.03.01	Juros	34	249	20
7.08.03.02	Aluguéis	42	44	49
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130.674	513.055	198.874
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.242	0	49.215
7.08.04.02	Dividendos	0	121.850	996
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	93.432	391.205	148.663

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	7.988.928	6.171.127	5.627.763
1.01	Ativo Circulante	3.589.141	5.197.493	1.674.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	922.047	449.789	664.506
1.01.03	Contas a Receber	1.474.884	1.016.683	788.205
1.01.03.01	Clientes	1.344.321	892.317	659.186
1.01.03.01.01	Clientes	1.684.821	1.252.251	1.013.828
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-340.500	-359.934	-354.642
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	130.563	124.366	129.019
1.01.04	Estoques	8.036	8.710	11.958
1.01.06	Tributos a Recuperar	158.667	53.876	98.957
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	158.667	53.876	98.957
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.025.507	3.668.435	110.444
1.01.08.03	Outros	1.025.507	3.668.435	110.444
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	0	2.890.451	0
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	682	14.212	2.771
1.01.08.03.04	Outros Créditos	776.367	313.206	107.673
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	248.458	450.566	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.399.787	973.634	3.953.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	952.462	443.626	3.300.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	18.037	8.401	10.130
1.02.01.03.01	Clientes	15.918	6.398	7.170
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.119	2.003	2.960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	214.282	130.068	316.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	214.282	130.068	316.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13.140	4.262	15.191

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	12.652	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	569.525	163.417	2.836.892
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	15.231	18.732	10.418
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	160.873	144.685	143.761
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	196.520	0	2.682.713
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Parcela A - CVA líquido	196.901	0	0
1.02.02	Investimentos	201.649	195.621	181.471
1.02.02.01	Participações Societárias	201.649	195.621	181.471
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	72.158	64.086	62.626
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	129.491	131.535	118.845
1.02.03	Imobilizado	174.856	232.350	221.129
1.02.04	Intangível	3.070.820	102.037	250.920
1.02.04.01	Intangíveis	3.070.820	102.037	250.920
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.055.684	84.273	233.192
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	15.136	17.764	17.728

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	7.988.928	6.171.127	5.627.763
2.01	Passivo Circulante	3.342.708	1.763.222	1.491.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	131.134	120.371	109.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	131.134	120.371	109.474
2.01.02	Fornecedores	732.321	689.343	557.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	732.321	689.343	557.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	269.700	169.288	167.486
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92.374	65.570	84.470
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.738	33.374	47.633
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	59.106	25.374	28.652
2.01.03.01.03	Outros	9.530	6.822	8.185
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	177.055	101.718	82.667
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	271	2.000	349
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	518.755	326.706	204.317
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	217.157	322.586	199.686
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	217.157	322.586	199.686
2.01.04.02	Debêntures	301.598	4.120	4.631
2.01.05	Outras Obrigações	1.517.593	286.661	280.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.343	15.106	14.263
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	18.343	15.106	14.263
2.01.05.02	Outros	1.499.250	271.555	265.991
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.499	122.219	47.657
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.415.572	113.208	174.621
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	52.179	36.128	43.713
2.01.06	Provisões	173.205	170.853	172.275
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	173.205	170.853	172.275
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	173.205	170.853	172.275
2.02	Passivo Não Circulante	2.421.492	2.064.447	1.998.641

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	624.150	532.647	477.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	325.017	233.879	178.953
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	325.017	233.879	178.953
2.02.01.02	Debêntures	299.133	298.768	298.402
2.02.02	Outras Obrigações	259.178	187.580	114.634
2.02.02.02	Outros	259.178	187.580	114.634
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	256.703	185.105	112.159
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	327	15.412	13.633
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	327	15.412	13.633
2.02.04	Provisões	1.537.837	1.328.808	1.393.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.462.047	1.258.558	1.341.485
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.325	29.392	29.522
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	50.443	64.738	75.612
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.236.010	1.032.291	887.214
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	153.269	132.137	349.137
2.02.04.02	Outras Provisões	75.790	70.250	51.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	75.790	70.250	51.534
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.224.728	2.343.458	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.128.157	1.345.927	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	138.085	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	1.183.472	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.207	24.370	6.468
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-243.745	-20.485	190.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.864.695	6.245.241	4.871.309
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	5.675.021	5.445.421	4.567.853
3.01.02	Receita de Construção	430.886	346.924	303.456
3.01.03	Receita Parcela A CVA	758.788	452.896	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.377.461	-5.225.067	-4.052.547
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-5.946.575	-4.878.143	-3.749.091
3.02.02	Custo de Construção	-430.886	-346.924	-303.456
3.03	Resultado Bruto	487.234	1.020.174	818.762
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-391.514	-172.429	-616.438
3.04.01	Despesas com Vendas	-185.485	-154.191	-214.430
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-291.354	-258.349	-289.349
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	52.803	201.594	-137.598
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.522	38.517	24.939
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	95.720	847.745	202.324
3.06	Resultado Financeiro	78.330	-13.230	93.987
3.06.01	Receitas Financeiras	415.396	241.215	267.469
3.06.02	Despesas Financeiras	-337.066	-254.445	-173.482
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	174.050	834.515	296.311
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.376	-321.460	-97.437
3.08.01	Corrente	-42.675	-41.104	-43.419
3.08.02	Diferido	-701	-280.356	-54.018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.674	513.055	198.874
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	130.674	513.055	198.874
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	130.674	513.055	198.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,1968	12,5515	4,8653
3.99.01.02	PN	3,5165	13,8066	5,3518

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,1968	12,5515	4,8653
3.99.02.02	PN	3,5165	13,8066	5,3518

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	130.674	513.055	198.874
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-194.117	-178.838	211.466
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-194.117	-178.838	211.466
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-63.443	334.217	410.340
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-63.443	334.217	410.340

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	643.986	-60.038	436.484
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	208.727	917.989	629.733
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	174.050	834.515	296.311
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	261.055	218.183	209.155
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	0	110.604	38.818
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-32.522	-38.517	-24.939
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	204.308	142.929	105.939
6.01.01.08	IR e CSLL pagos	-145.373	-26.059	-6.707
6.01.01.09	Juros pagos	-125.638	-82.652	-46.380
6.01.01.11	Provisão p/ Plano de Benefícios Pós-Emprego	26.457	74.861	95.883
6.01.01.12	Contingências	5.310	-209.288	79.160
6.01.01.13	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	17.839	-16.035	-43.022
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-186.833	-38.537	-64.062
6.01.01.16	Realização de Provisão para Perdas	-11.079	-56.184	-28.169
6.01.01.17	Provisão de Crédito de liquidação Duvidosa	-19.434	5.292	16.518
6.01.01.18	Baixa de Ativo Indenizatório	40.781	0	0
6.01.01.19	Ganhos ou Perdas em Participações Societárias (ativos)	-194	-1.123	1.228
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	435.259	-978.027	-193.249
6.01.02.02	Contas a Receber	-448.287	-232.998	278.913
6.01.02.03	Outros Ativos	-463.276	-204.576	-83.909
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-16.188	-924	-4.138
6.01.02.05	Fornecedores	42.978	131.489	-145.427
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	10.763	10.897	-5.953
6.01.02.07	Tributos a Pagar	203.110	-13.243	38.030
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	1.376.117	11.533	-25.295
6.01.02.09	Obrigações com Benefícios a Empregados	-193.837	-262.915	-260.678
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	19.288	-6.739	-4.016
6.01.02.11	Estoques	674	3.248	2.801

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.12	Tributos a Recuperar	-101.290	36.767	-3.222
6.01.02.13	Dividendos Recebidos	0	0	19.645
6.01.02.14	Ativos Regulatórios	-444.438	-644.006	0
6.01.02.15	Passivos Regulatórios	449.645	193.440	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-301.546	-290.093	-307.297
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-339.808	-302.674	-311.095
6.02.03	Redução de Capital Invetidas	7.800	0	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	41.228	18.072	0
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-10.766	-5.491	-12.545
6.02.07	Resgate de Fundos de Investimentos	0	0	16.343
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	129.818	135.414	362.579
6.03.02	Partes Relacionadas	0	11.297	24.074
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-421.351	-301.756	-294.959
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	406.176	479.532	333.466
6.03.05	Dividendos Pagos	-146.007	-53.659	-2
6.03.06	Debêntures	291.000	0	300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	472.258	-214.717	491.766
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	449.789	664.506	172.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	922.047	449.789	664.506

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	-31.035	0	-55.287	0	-55.287
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	-31.035	0	-55.405	0	-55.405
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.817	-223.260	-63.443	0	-63.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.674	0	130.674	0	130.674
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	29.143	-223.260	-194.117	0	-194.117
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	29.143	-29.143	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	-194.117	-194.117	0	-194.117
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-193.518	-128.782	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	128.782	-128.782	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	18.000	-146.221	0	-128.221	0	-128.221
5.04.06	Dividendos	0	0	17.902	-146.221	0	-128.319	0	-128.319
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	545.015	-210.798	334.217	0	334.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	513.055	0	513.055	0	513.055
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	31.960	-210.798	-178.838	0	-178.838
5.05.03.02	Realização Custo Atribuído	0	0	0	31.960	-31.960	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste Passivo Atuarial	0	0	0	0	-178.838	-178.838	0	-178.838
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	398.794	-398.794	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	398.794	-398.794	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	748.533	0	10.784	1.777.333	0	1.777.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	748.533	0	10.784	1.777.333	0	1.777.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.468	-56.679	0	-50.211	0	-50.211
5.04.06	Dividendos	0	0	6.468	-7.464	0	-996	0	-996
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-49.215	0	-49.215	0	-49.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	230.811	179.529	410.340	0	410.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.874	0	198.874	0	198.874
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	211.466	211.466	0	211.466
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	211.466	211.466	0	211.466
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	31.937	-31.937	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	174.132	-174.132	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	174.132	-174.132	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	12.292.341	8.514.277	6.711.386
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.842.021	8.172.645	6.424.448
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	430.886	346.924	303.456
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	19.434	-5.292	-16.518
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.042.952	-4.680.309	-3.868.360
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.393.506	-4.411.804	-3.301.417
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-229.639	-281.418	-334.678
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	11.079	359.837	71.191
7.02.04	Outros	-430.886	-346.924	-303.456
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-430.886	-346.924	-303.456
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.249.389	3.833.968	2.843.026
7.04	Retenções	-261.055	-218.183	-209.155
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-261.055	-218.183	-209.155
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.988.334	3.615.785	2.633.871
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	447.918	279.732	226.163
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.522	38.517	24.939
7.06.02	Receitas Financeiras	415.396	241.215	201.224
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.436.252	3.895.517	2.860.034
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.436.252	3.895.517	2.860.034
7.08.01	Pessoal	580.583	507.574	508.661
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.456.918	2.608.271	1.967.367
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	268.077	266.617	185.132
7.08.03.01	Juros	335.095	252.474	171.954
7.08.03.02	Aluguéis	-67.018	14.143	13.178
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130.674	513.055	198.874
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	49.215
7.08.04.02	Dividendos	37.242	121.851	996
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	93.432	391.204	148.663



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Mensagem da Administração

O resultado do Grupo Celesc em 2015, apesar de não ter alcançado a expectativa projetada, apresentou-se positivo frente ao cenário vivenciado. No primeiro trimestre do ano, a baixa hidraulicidade na área das grandes usinas resultou em frustrações nos leilões oficiais de energia, levando as empresas distribuidoras a lançarem mão, em algumas situações, da compra de energia para venda no mercado de curto prazo e a sofrerem queda na liquidez de caixa e adiamento de arrecadação (CVA). A partir do segundo trimestre, por conta do contexto ainda mais desfavorável nos campos político e econômico do País, a cadeia produtiva arrefeceu e o consumo na área de concessão da Celesc Distribuição registrou queda de 2,1% no ano, ante a perspectiva de crescimento de 3%.

Tal desempenho do mercado, de intensidade inesperada e inédita, acarretou na redução do Plano de Negócios da empresa no ano em 5,1% e no encerramento do exercício com sobrecontratação de energia de 102,5% do mercado de consumo, ainda dentro dos limites regulatórios. A perspectiva, neste momento, é de que a queda no mercado de consumo de energia elétrica continue devido à atual instabilidade política e econômica do País.

A Celesc encerrou 2015 com receita operacional líquida 9,9% maior do que a registrada no ano anterior, somando R\$6,8 bilhões, ao passo que o EBITDA consolidado das operações teve queda de 66,6%, para R\$354 milhões. O lucro líquido do período foi de R\$130 milhões, uma queda de 74,5% quando comparado ao resultado de 2014. Tais resultados refletem, além dos impactos da estagnação econômica do País que ocasionou redução no consumo de energia, efeitos não recorrentes contabilizados positivamente no exercício de 2014, como a reversão de provisão referente à Recomposição Tarifária Extraordinária de 2002, no valor de R\$221,6 milhões, e a contabilização de ativos financeiros setoriais, referentes ao reconhecimento de valores pagos pela distribuidora para a compra de energia além do previsto na tarifa cobrada dos consumidores.

Além dos desafios da estagnação econômica, no campo regulatório, a definição de patamares superiores em subsídio e taxas intrasetoriais, como a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, sem repasse da parcela correspondente às distribuidoras, acelerou a deterioração da liquidez, obrigando a Empresa, assim como as demais distribuidoras, a buscar volumes crescentes de captações de recursos. Importante destacar que, no caso da Celesc, os níveis de endividamento foram mantidos em patamares considerados saudáveis pelo mercado financeiro.

Na área da geração de energia, apesar de ter reduzido suas receitas no segundo semestre devido à queda dos preços de venda no mercado de curto prazo, a Celesc Geração S.A. apresentou receita operacional líquida apenas 11,4% abaixo da registrada em 2014. No ano, a empresa também concretizou investimento importante, que foi a recuperação, de forma



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

adequada para a realidade do setor, das cinco concessões de usinas de geração declinadas por ocasião da MP 579 em 2012.

A revisão do Plano Estratégico no início do exercício focou de maneira direta na renovação do Contrato de Concessão da Celesc Distribuição, assinada em dezembro, com indicadores extremamente ambiciosos impostos pelo órgão regulador e que exigirão da Empresa grande evolução em seus índices de qualidade. Quanto aos índices de sustentabilidade econômico-financeira, os ajustes em andamento já produziram efeitos importantes e deverão ser acelerados de forma a garantir a manutenção da concessão.

Em paralelo às dificuldades vividas em 2015, a Celesc S.A. continuou adequando sua forma de atuar e em especial, sua governança. A Empresa iniciou seu programa de controles internos, nos moldes da metodologia SOX (Sarbanes e Oxley – EUA), e deu andamento ao desenvolvimento da medição de seus riscos estratégicos, reportados ao Conselho de Administração periodicamente. Destaque ainda para o lançamento da Política Anticorrupção e à criação de canal de denúncia, acessível no *site* da companhia, para que qualquer cidadão possa fazer denúncias, em caráter anônimo ou não, em comunicação direta com o Comitê de Ética do Conselho de Administração.

No ano, também foi revisada a Política de Responsabilidade Socioambiental, que permeia cada vez mais as ações da Celesc de forma estratégica. O uso de matérias-primas renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes estão entre os compromissos firmados.

Além dos já imensos desafios, o cenário político e econômico do Brasil aponta para maiores dificuldades para retomada do crescimento e, por consequência, do crescimento do mercado de consumo de energia elétrica. A isto, se somam as condições do novo Contrato de Concessão, contexto que exigirá da Celesc S.A. aprofundamento dos ajustes previstos no Plano Diretor e Plano Estratégico, de forma a adequar os custos operacionais à nova realidade de mercado de consumo. A direção da empresa está atenta e antecipando providências para que a Celesc ganhe eficiência, se mantenha lucrativa e atenda os indicadores para manutenção da concessão.

Para concluir, reafirmamos que o Grupo Celesc trabalha sempre norteado pelos princípios de Sustentabilidade corporativa, tomando-a como princípio de atuação e estratégia, certos de que, com o empenho recíproco da Diretoria e dos empregados, isso pode se consolidar como realidade permanente em todas as nossas práticas cotidianas.

Cleverson Siewert

Diretor Presidente do Grupo Celesc



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1. Apresentação

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accouting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

A Celesc é uma sociedade de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, para atuar nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. A Companhia tem presença consolidada entre as maiores do setor de energia elétrica do País. Em 2006, cumprindo a legislação que rege o Setor Elétrico Nacional, foi estruturada como *Holding*, alinhando-se entre os 100 maiores grupos empresariais do País.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000 mil, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto. A estrutura acionária da Celesc em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, em 31 de dezembro de 2015, está apresentada no quadro a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Base Acionária em 31 de dezembro de 2015

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

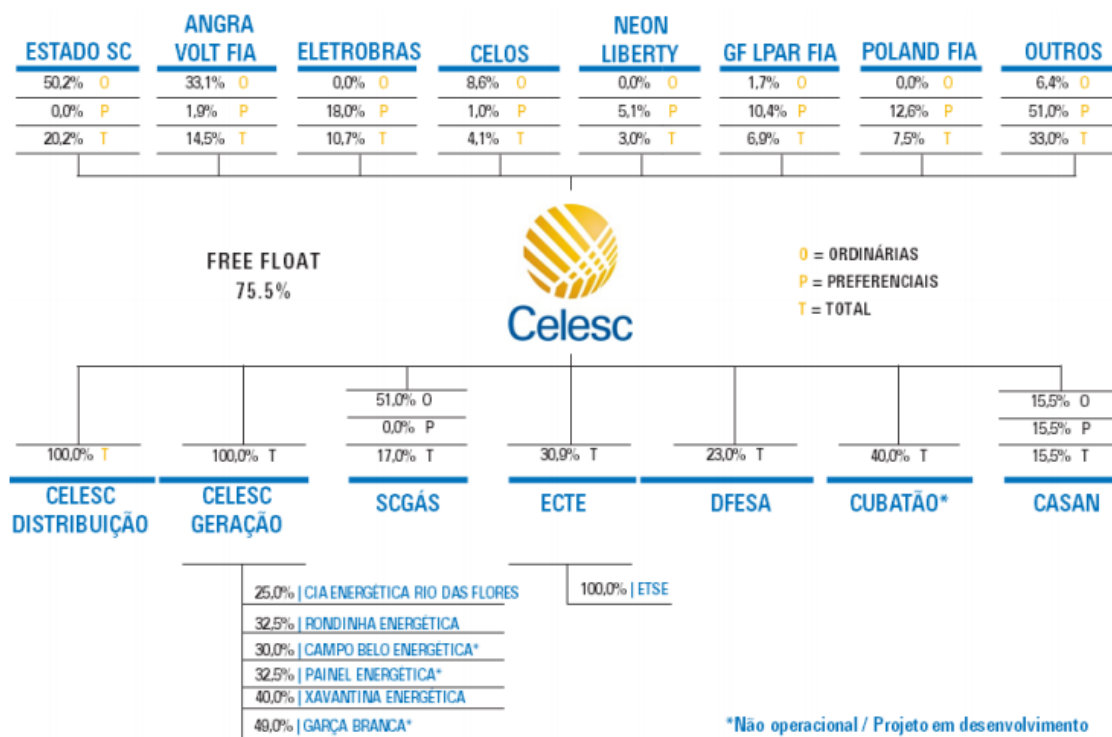
Fonte: DEF/DPPRI

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Cia de Capital Aberto

Quadro 1 – Composição Acionária do Grupo Celesc

Na atual estrutura societária a Companhia possui duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. Além disso, detém participações na Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS; na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica – ECTE; na Dona Francisca Energética S.A. – DFESA; na Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan; e na Usina Hidrelétrica Cubatão, conforme quadro a seguir:



Fonte: DEF/DPPRI

Quadro 2 – Participações do Grupo Celesc



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2.1. Empresas do Grupo

2.1.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,7 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

A Celesc D foi destaque na última avaliação realizada pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADEE, em que foi finalista na categoria geral de Evolução do Desempenho e na categoria Melhor Distribuidora da Região Sul, alcançando a melhor colocação nos últimos anos.

Em 2015 a empresa assinou a renovação do contrato de concessão, obtendo o direito de exploração por mais 30 anos. Para este novo ciclo a ANEEL definiu metas de qualidade técnica e sustentabilidade econômico financeiras. Junto com metas de melhoria da qualidade dos serviços, que exigirão maiores investimentos, com a consequente redução das despesas operacionais, a empresa deverá buscar eficiência em seus processos visando o enfrentamento da crise política e econômica que o país vem passando o que tem feito que sua demanda sofra redução.

O ano de 2015 foi o primeiro, em uma longa série histórica, onde a empresa apresentou redução no seu volume de energia distribuída, apresentando uma redução de 2,1% na sua distribuição cativa.

2.1.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

2. Perfil Empresarial

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 12 usinas hidrelétricas de propriedade integral da empresa e cinco usinas hidrelétricas desenvolvidas em parceria com investidores privados.

O parque de geração própria possui 114,17 Megawatts (MW) de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	3,80	12,82	17/03/2035(ii)
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	114,17	

(i) Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(ii) Prazo de Concessão condicionado à entrada em operação comercial das UGs 03 e 04 até 23/11/2021

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 3 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

A Lei Federal nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, alterou o enquadramento de pequenas usinas de geração hidrelétrica com até 3,0MW de potência instalada, que passaram a ser classificadas como Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH. A Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.362/2015 extinguiu a concessão da CGH Ivo Silveira, permitindo à Celesc G efetuar o registro da usina de acordo com o novo enquadramento.

Em 2015, a Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078, de 17 de março de 2015, o ato autorizativo para repotenciação da Usina Celso Ramos, cuja potência instalada passará de 5,4MW para 12,82MW e, consequentemente, com concessão prorrogada por 20 anos, nos termos da Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos, a partir da assinatura do contrato que ocorreu em 05 de janeiro de 2016. Também retomou o planejamento de expansão das usinas Salto e Cedros e a construção das CGHs Pinhal e Rio Bonito, nas barragens de acumulação das PCHs Palmeiras e Cedros.

O quadro a seguir representa os projetos de expansão da geração no parque próprio da Celesc G:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo da Potência (MW)	Potência Final (MW)
PCH Celso Ramos*	5,4	7,2	12,8
PCH Salto	6,3	23,7	30,0
PCH Cedros	8,4	3,6	12,0
CGH Pinhal	-	1,0	1,0
CGH Rio Bonito	-	0,8	0,8
Subtotal	20,10	36,30	56,60

* Potência Final conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078/2015

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 4 - Projetos de expansão da geração - Parque próprio Celesc G

Após a conversão da MP nº 579/12 na Lei Federal nº 12.783/13, identificou-se uma possível interpretação legal para as usinas que seriam afetadas pelo regime de cotas, mas que ainda não tivessem alcançado 60 meses para o término do prazo de concessão, na qual seria possível a prorrogação por até 20 anos o prazo de concessão, caso fosse aprovado o projeto de ampliação das usinas nesta condição.

A partir disso, evoluiu-se com interlocuções junto à ANEEL, que culminaram com a emissão do Parecer 0353/2013/PGE-ANEEL/PGF/AGU, Nota Técnica nº 53/2015-SCG/ANEEL e por fim, em 17 de março de 2015, a Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL, que autorizou a ampliação para 12,82MW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 como objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos.

Em 28 de janeiro de 2015, a Celesc G contratou a empresa Geoenergy para realização de serviço de Engenharia do Proprietário para a ampliação da usina. Em 09 de outubro de 2015, foi realizado o lançamento do edital do EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para construção da usina, com vencimento em 03 de novembro de 2015. Devido à falta de proponentes, o processo foi considerado fracassado. A Celesc G está trabalhando na revisão de projeto e orçamento e pretende lançar novamente nova licitação no primeiro semestre de 2016.

O parque de geração em parceria com investidores privados possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc nesses empreendimentos é de 7,95 MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW		25,275	14,3		7,95	4,517

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 5 – Novos empreendimento em operação – Participação minoritária da Celesc G

Em 09 de julho de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.231, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Xavantina, com capacidade instalada de 3.037,5 kW cada uma, para início da operação em teste a partir de 10 de julho de 2015. A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.991 de 03 de setembro de 2015, autorizou o início da operação comercial a partir de 04 de setembro de 2015.

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,70 MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,18 MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física* (MW)	Participação Celesc G	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Estágio do Desenvolvimento
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	Em obras
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	Em projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	Em projeto
Total - MW		25,7	12,37		9,18	4,48	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 6 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária da Celesc G

Em 24 de março de 2015, a Celesc G assinou contrato de cessão de participação societária com a Casaforte Energia S.A., adquirindo 49% do investimento da Garça Branca Energética S.A.

2.1.2. Participações**2.1.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 por meio da Lei Estadual nº 8.999 de 19 de fevereiro de 1993, é responsável pela distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade no Estado de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Santa Catarina, conforme estabelece a Lei Estadual nº 9.493 28 de janeiro de 1994, que promulgou a concessão desse serviço de acordo com o disposto na Constituição Federal. O contrato de concessão para exploração desses serviços foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos, contados da data. A Celesc é detentora de 17,0% de participação no Capital Social da Companhia.

Além da Celesc, são seus acionistas: a Gaspetro, subsidiária da Petrobras responsável pela participação em empreendimentos relacionados à área de gás; a Mitsui Gás e Energia do Brasil, empresa privada incorporada ao Grupo Mitsui em abril de 2006 com a aquisição da Gaspart/Gás Participações, e a Infragás – Infraestrutura de Gás para a Região Sul, empresa constituída em 13 de dezembro de 1990, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural na região Sul.

2.1.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525 kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,9% de participação no Capital Social da Companhia.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

2.1.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. O contrato de concessão da DFESA data de 28 de agosto de 1998 e tem prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,0% das ações ordinárias da empresa.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2.1.3. Outras Participações

2.1.3.1. Companhia Catarinense de Água e Saneamento S.A. – Casan

A Casan, criada em 31 de dezembro de 1970 pela Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP-30.04.71/58, de 02 de julho de 1971, é uma empresa de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgoto. A empresa está presente em 201 municípios catarinenses e um paranaense. A Celesc é detentora de 15,5% do Capital Social da Companhia.

2.1.3.2. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

A UHE Cubatão é um projeto a ser instalado no rio Cubatão, no município de Joinville/SC, com potência instalada estimada em 50 MW, contando com um reservatório de aproximadamente 4,1 km². O projeto foi desenvolvido pela Celesc, em conjunto com as empresas Inepar (40%) e Statkraft (20%), sendo a primeira UHE no Brasil com concessão outorgada por meio de processo licitatório, em 1996. A Celesc detém 40,0% de participação no Capital Social da Companhia.

A conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN, se dará pelo seccionamento da Linha de Transmissão 138kV Joinville – São Bento e pela construção de uma linha de 2,5 km de extensão, que interligará a usina à subestação seccionadora.

3. Cenário Econômico

3.1. Macroeconomia

Segundo especialistas, em 2015, o País teve fraco desempenho econômico em virtude de vários fatores conjugados: incertezas políticas, baixo nível de investimentos, inflação elevada, queda da confiança, redução no índice de emprego e altas taxas de juro.

A indústria esteve no centro da crise econômica, com forte queda da produção. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o setor industrial usou apenas 74,6% da capacidade instalada. A retração mais importante ocorreu no setor de bens de capital, atingindo 25,1%, no período acumulado de janeiro a dezembro. Também foi expressiva a queda na produção de bens de consumo duráveis (18,3%), puxada pelo setor de automóveis e eletrodomésticos. A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis também encolheu, assim como bens intermediários, mostrando que toda a cadeia produtiva ficou comprometida pela crise.

A inflação do ano medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – fechou em 10,67%, a maior taxa desde 2002, segundo o IBGE. De acordo com o Instituto, o maior



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

impacto foi causado pelos preços da energia elétrica e dos combustíveis. A conta de luz do consumidor brasileiro ficou, em média, 51% maior do que em 2014. O reajuste no valor dos combustíveis chegou a 21,43%.

Em 2015, a economia brasileira teve o pior desempenho anual desde 2003, de acordo com cálculos do Banco Central – BC. O Índice de Atividade Econômica – IBC-Br, fechou o ano com baixa de 4,08%, considerando dados sem ajuste sazonal. Os dados contemplam a contração da indústria, que foi de 8,3% em 2015 (o pior resultado desde 2003), e a queda de 4,3% do setor de varejo (o pior resultado desde 2001). O volume do setor de serviços encolheu 3,6% no ano passado, porém teve alta nominal de 1,5% em faturamento.

O setor público consolidado fechou o ano com déficit primário de R\$111,2 bilhões, o que equivale a 1,88% do Produto Interno Bruto – PIB. Esse resultado é o pior da série histórica do Banco Central para esse indicador, que teve início em dezembro de 2001.

3.2. Economia Catarinense

O ano de 2015 ficou marcado também pela retração da economia catarinense. Os efeitos da recessão foram verificados principalmente pela queda na produção industrial e no ritmo de vendas do comércio, conforme avaliação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – FECOMÉRCIO.

De acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, a política econômica recessiva levou ao desemprego, baixo consumo e cortes nos investimentos. Por meio da Pesquisa de Indicadores Industriais de Santa Catarina, a FIESC constatou que as vendas da indústria de Santa Catarina caíram 12% em relação a 2014. Foi a maior desaceleração nas vendas da indústria catarinense desde 2004, primeiro ano da pesquisa. O desempenho foi negativo para 13 dos 16 setores pesquisados.

Nas exportações, a economia catarinense apresentou redução de 15% em comparação com 2014. O resultado é reflexo da redução dos preços no mercado internacional de itens relevantes como a carne e a soja.

3.3. Mercado de Energia Elétrica em Santa Catarina

Em 2015, a energia distribuída pela Celesc D (mercado cativo e consumidores livres), sem considerar as perdas e o consumo próprio, teve queda de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, somando 22.739GWh distribuídos no ano.

A retração na classe industrial (consumidor cativo e consumidor livre), com consumo reduzido em 5,3% no ano, foi a grande responsável pelo baixo desempenho. Outro ponto de destaque foi o clima predominantemente ameno. O verão, tanto no início do ano como no final, foi brando. No inverno, as ondas de frio foram curtas e escassas, com temperaturas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

médias maiores em comparação àquelas de anos anteriores. Desse modo, classes como a residencial e comercial, que são mais afetadas pela temperatura, reduziram seu consumo de energia elétrica. A performance da economia brasileira contribuiu para o fraco desempenho das duas classes no mercado de energia elétrica.

No ambiente do Mercado Livre, o consumo no ano foi de 5.591 GWh, com retração de 4,1% no comparativo com 2014. A crise na indústria foi o principal motivo da drástica queda, dado que 90% do consumo do Mercado Livre é composto pela classe industrial.

Em dezembro de 2015, a Celesc D atendia a 2.768.604 unidades em dezembro de 2015 em sua área de concessão, registrando crescimento anual de 3,3%. Porém, nem o crescimento do número de consumidores dentro da média dos anos anteriores foi suficiente para melhorar o desempenho da classe residencial.

4. Ambiente Regulatório

O reajuste tarifário anual de 2015 foi definido em 4 de agosto pela ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 194/2015, que definiu o índice médio de 3,61% para as tarifas de energia elétrica dos consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D.

Esse reajuste, praticado a partir de 7 de agosto de 2015, teve um efeito médio de 3,59% para os consumidores conectados em Alta Tensão (industriais) e de 3,63% para aqueles conectados em Baixa Tensão, em especial os consumidores residenciais.

Um dos componentes com maior variação no cálculo do reajuste foram os encargos setoriais, com destaque para a majoração da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. O custo previsto para a cobertura dos encargos setoriais teve aumento de 20,33%, respondendo por 27,8% na tarifa final ao consumidor.

Os valores dos encargos são estabelecidos por meio de Resoluções ou Despachos pela ANEEL para efeito de recolhimento pelas concessionárias. Em 2015, o setor de distribuição de energia elétrica refletiu o novo perfil dos encargos setoriais, oriundos de políticas de governo para o Setor Elétrico.

Os encargos setoriais considerados no processo tarifário são: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH; Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER; Contribuição ao Operador Nacional do Sistema – NOS, à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e ao Programa Eficiência Energética – PEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



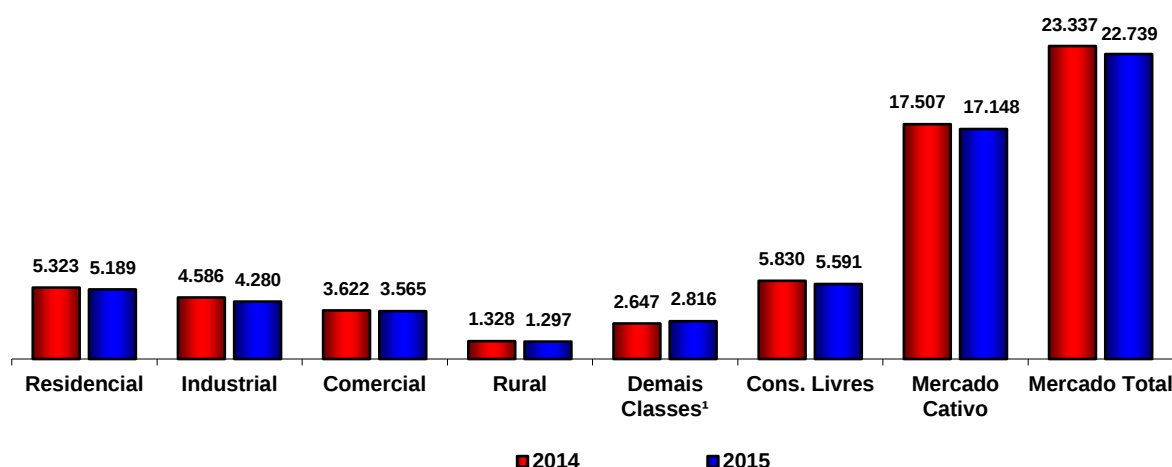
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

5. Grupo Celesc em 2015

5.1. Desempenho do Mercado Cativo

5.1.1. Distribuição de Energia Elétrica no Mercado Cativo

No Gráfico abaixo podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo e o crescimento do Mercado Total, comparando 2015 com 2014.



Fonte: DCL/DPCM

Gráfico 1 – Comparação de Consumo em GWh

Nota: Demais classes correspondem ao consumo do poder público, iluminação pública, serviço público e revenda. Não considera o consumo próprio.

6. Investimentos

O volume de investimentos das subsidiárias integrais do Grupo Celesc, em 2015, foi de R\$471.195 mil ante aos R\$401.139 mil em 2014, sendo 17,46% superior a igual período do ano anterior.

Do total investido em 2015 o maior volume (R\$457.008 mil) foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D (vide quadro abaixo):



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Segmento de Atuação	2015	2014	(%)
Distribuição de Energia Elétrica	457.008	390.518	17,03
Geração de Energia Elétrica	14.187	10621	33,57
Total Geral	471.195	401.139	17,46

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 7 – Investimento por Segmento de Atuação – Grupo Celesc

6.1. Distribuição de Energia Elétrica

6.1.1. Expansão do Sistema

Para atender o crescimento de mercado e buscar o cumprimento dos índices de qualidade definidos pela ANEEL, o sistema elétrico recebeu investimentos que contabilizaram R\$362,7 milhões no ano de 2015.

O sistema elétrico de alta tensão, composto pelas Linhas de Transmissão e Subestações, interligadas nas tensões de 69 kV¹ e 138kV, teve importantes investimentos que, ao final do ano, contabilizaram R\$103,7 milhões. Foram concluídas cinco novas subestações, além de reformas, modernizações e ampliações na capacidade de transformação de outras vinte e uma subestações. Essas obras representaram acréscimo de 269 MVA² à capacidade de atendimento atual do sistema de alta tensão, totalizando atualmente 6.943MVA.

Subestações Concluídas: SE 138 kV Palhoça Pinheira, SE 138 kV Concórdia São Cristóvão, SE 138 kV Presidente Getúlio, SE 138 kV Tangará e SE 69 kV Santa Cecília.

Subestações Modernizadas/Ampliadas: SE 138 kV Mafra, SE 138 kV Chapecó II, SE 138 kV Canoinhas, SE 69 kV Coqueiros, SE 138 kV Ilha Norte, SE 34,5 kV Rio Negro, SE 69 kV Concórdia, SE 69 kV São Cristóvão, SE 138 kV Pinhalzinho, SE 138 kV Lages Área Industrial, SE 138 kV São Miguel d'Oeste, SE 138 kV Guaramirim, SE 138 kV Ponte Serrada, SE 138 kV Trombudo Central, SE 138 kV Camboriu Morro do Boi, SE 138 kV Jaraguá do Sul, SE 138 kV Guaramirim, SE 138 kV Biguaçu Quintino Bocaiuva, SE 138 kV Timbó e SE 69 kV Araranguá.

Novas Linhas de Transmissão: LT 69 kV Forquilha Rede Básica – Turvo, LT 138 kV Blumenau – Gaspar Rede Básica, LT 138 kV Ponte Serrada – Concórdia São Cristóvão, LT 138 kV Itajaí Salseiros – Camboriú (repotencialização).

¹ kV - Kilovolt

² MVA - Megavolt Ampére



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O sistema elétrico de Média e Baixa Tensão, e a infraestrutura de telecomunicações, por sua vez, receberam investimentos de R\$259 milhões, destinados à construção de novos alimentadores, ampliação e melhoria das redes elétricas existentes, em toda a área de concessão da empresa, além da instalação de equipamentos especiais, como religadores telecontrolados, com o objetivo de modernizar a rede elétrica e melhorar os indicadores de qualidade do serviço.

6.1.2. Automação e Novas Tecnologias

Ao longo dos últimos anos, a Celesc D fez importantes investimentos para incorporar novas tecnologias. Um deles, com a implantação do projeto de Automação da Distribuição, possibilita à Celesc D controlar a rede de Média Tensão, indo além das subestações, já telecontroladas.

Em 2015, a Celesc D fechou o ano com 702 religadores telecomandados e a previsão para os próximos anos é de alcançar até três mil religadores instalados na rede, com investimentos de R\$100 milhões. Assim, será possível telecontrolar toda rede de Média Tensão por meio dos Centros de Operação da Distribuição – CODs, trazendo mais agilidade na recomposição do sistema elétrico e na identificação de problemas na rede.

Em 2015, a área de Medição realizou a operação das leituras remotas de aproximadamente 13 mil pontos do grupo A, com taxa de sucesso nas leituras de 98%. Foram identificados casos suspeitos de irregularidades técnicas e fraudes, após análise do sistema pelos especialistas em perdas não técnicas da área de Medição.

6.1.3. Eficiência Energética

Em 2015, foram investidos R\$45,6 milhões para viabilizar ações de eficiência energética, beneficiando principalmente comunidades de baixa renda, hospitais filantrópicos e consumidores residenciais, por meio dos projetos abaixo mencionados. Estimativas apontam que o Programa de Eficiência Energética gerou redução de aproximadamente 153.000 MWh/ano, o que equivale ao consumo mensal de 742 mil residências.

Projeto Baixa Renda “Sou Legal, Tô Ligado! 2” – Substituição de lâmpadas, sistema de trocador de calor para consumidores com tarifa social;

Projeto Comércio e Serviços “Hospitais Filantrópicos II” (39 hospitais) – Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;

Projeto Residencial “Bônus Eficiente II” – Substituição de refrigeradores e freezers para



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

consumidores residenciais. Em 2015, foi premiado como Melhor Projeto de Eficiência Energética do País durante a realização de congresso da área.

Projeto Baixa Renda “Energia do Bem” – Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar, refrigeradores e trocadores de calor para consumidores com tarifa social;

Projeto da Chamada Pública 2015 – UNOCHAPECÓ – Substituição de 13.237 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

6.1.4. Capacitação Profissional

Em 2015, a Celesc D somou 15.500 participações em treinamentos internos e externos. O número total de horas/aula ultrapassou 121 mil horas, com investimento de R\$1,6 milhão em capacitação. As ações desenvolvidas são de caráter empresarial, sendo elas presenciais ou a distância, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

No ano, a Celesc D também investiu R\$560 mil em auxílio-estudante e R\$94 mil em custeio de pós-graduação aos seus empregados, que consiste no reembolso entre 75% e 100% dos valores gastos com formação escolar (ensino médio, médio-técnico, graduação, pós-graduação) como forma de incentivar a continuidade dos estudos e estimular a profissionalização e o aperfeiçoamento pessoal.

Alguns destaques na área: formação de 28 eletricitistas de distribuição, por meio de curso de 360h/aula; realização de seis turmas do módulo I do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG para 95 gerentes da Administração Central; formação de 22 turmas do Programa Individual de Desenvolvimento – PID, com trabalhos voltados a 12 competências, tendo a participação de 174 empregados de duas Diretorias (Diretoria de Distribuição – DDI e Diretoria Comercial – DCL); reciclagem bienal da NR-10, em parceria com o SENAI, para 2.184 empregados em todo o estado; capacitação de 35 empregados como Multiplicadores da NR-35 e reciclagem da NR-35 para empregados que realizam trabalho em altura.

A área realizou capacitação em temas específicos, tais como: Curso para Fiscais de Obras de Distribuição; Curso de Processo de Dispensa de Licitação; Curso de Estatística e Curso de Faturamento, entre outros treinamentos presenciais. Também foram customizados dois cursos temáticos na plataforma à distância: *Uma Questão de Ética e Política Anticorrupção*, ambos disponibilizados para todos os empregados.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O setor de capacitação possui um campo de treinamento com 62 estruturas para atender as modalidades de formação e reciclagem técnica, somando área útil de 2.800 m². No ano passado, o setor ampliou sua infraestrutura física, habilitando duas salas de informática e três salas novas para treinamento teórico no prédio da sede.

6.1.5. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco de negócio: a distribuição de energia elétrica. Em 2015, foram investidos R\$18,68 milhões no Programa, diante de R\$20,2 milhões em 2014.

Estão em desenvolvimento 20 projetos de pesquisas, com recursos de R\$64,7 milhões. Estão sendo avaliadas a contratação de novos projetos, aprovados nas últimas chamadas públicas, e a publicação de uma nova chamada pública com foco em projetos enquadrados no final da cadeia de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado) e no conceito de *Smart Cities*.

Para as novas contratações de projetos, o foco será a geração de novos negócios e novas receitas para a Celesc, visando tornar viável o processo autossustentável.

6.1.6. Desempenho dos Indicadores de Qualidade do Fornecimento de Energia

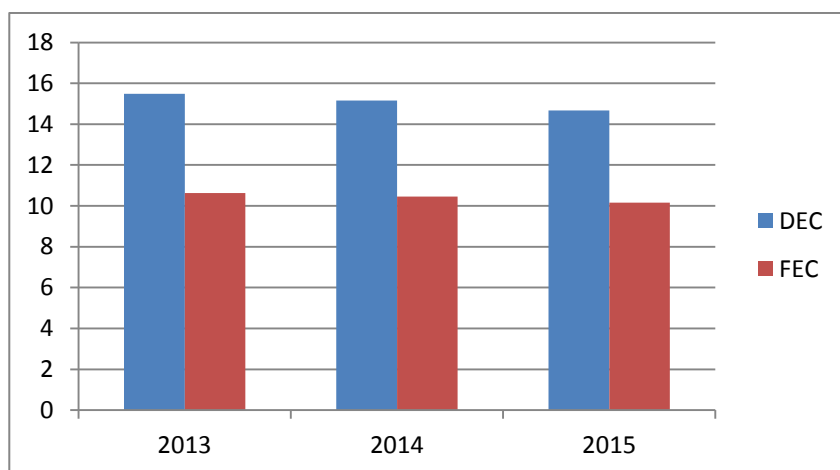
A Celesc D busca cumprir sempre o padrão de qualidade do serviço estabelecido pela ANEEL para os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, com constantes melhorias.

Essa condição coloca a Celesc D entre as mais eficientes do Setor Elétrico Brasileiro em decorrência de ações que envolvem planejamento robusto, investimentos eficazes e melhorias contínuas.

Em relação a 2014, apresentou melhora de 3,2% no DEC e de 2,9% no FEC. O DEC de 2015 indica um sistema elétrico de confiabilidade, estando disponível, em média, 99,8% das horas de um ano a seus consumidores. O gráfico a seguir mostra a evolução desses indicadores e o quadro seguinte mostra os valores nominais por ano:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Fonte: DDI/DPOP/DVOD

Gráfico 2 – Indicador DEC e FEC – Comparativo 2013/2014/2015

Indicador	2013	2014	2015
DEC ³	15,49	15,15	14,67
FEC ⁴	10,62	10,45	10,15

Fonte: DDI/DPOP/DVOD

Quadro 8 – Valores DEC e FEC, por ano

O modelo de planejamento, com análises técnicas focadas no período dos próximos cinco a dez anos, é a base para dimensionar os investimentos prioritários e assegurar que o sistema elétrico esteja adequado à demanda. Nas análises são avaliadas as estruturas do sistema de Alta e de Média Tensão que necessitam de reforços, substituição de equipamentos ou novas obras. Esses investimentos compõem o Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, submetido à avaliação e acompanhamento por parte da ANEEL.

O bom desempenho desses indicadores ganha ainda mais significado na medida em que a ANEEL, com o propósito de melhorar continuamente o atendimento à sociedade, periodicamente revê os limites para DEC e FEC. Assim, o desafio imposto às empresas cresce a cada ano para promover a melhoria contínua dos serviços prestados. Para o período 2013/2016, a ANEEL exige melhoria de 20% nesses indicadores.

6.1.7. Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,34% referem-se ao volume

³ Quantidade de horas ao ano

⁴ Quantidade de vezes ao ano

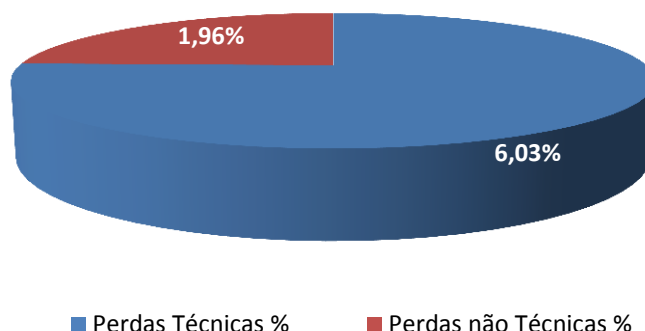
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

de perdas técnicas e 1,06% às perdas não técnicas. Em 2015, as perdas globais representaram 7,99% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,03% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2015), e 1,96% correspondem às perdas não técnicas, conforme apresentado no Gráfico 2.

Situação semelhante ocorreu em outras distribuidoras com o perfil socioeconômico da Celesc Distribuição e pode estar relacionada com o forte aumento das tarifas e da crise que o país atravessa. Também existe a hipótese de que, com a forte queda no mercado de energia elétrica, as perdas técnicas tenham tido uma redução considerável e, como as perdas não técnicas são calculadas por diferença, estas acabaram sendo, talvez, potencializadas.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Gráfico 3 – Perdas de Energia na Celesc D

6.2. Geração de Energia Elétrica

Em 2015, foram gerados 67,359 Megawatts Médios (MWmédios) pelas doze usinas próprias da Celesc G, o que equivale a 590,06 Gigawatts-hora (GWh). Isso representa o aproveitamento de 63,1% da potência instalada total de 114,17 MW. A energia produzida foi 7,8% maior do que em 2014.

A boa afluência e o aumento da disponibilidade das Unidades Geradoras, garantidos pelo Departamento de Operação e Manutenção, contribuíram positivamente para esse crescimento. O quadro adiante apresenta o desempenho das usinas da Celesc G, em 2014 e em 2015, com produção líquida total.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

	Desempenho Operacional (MWh)		
	2014	2015	Var. %
PCH Pery	127,64	128,95	1,03%
PCH Palmeiras	127,34	134,33	5,49%
PCH Bracinho	70,62	71,54	1,30%
PCH Garcia	64,54	65,20	1,02%
PCH Cedros	44,95	60,77	35,19%
PCH Salto	15,73	30,05	91,04%
PCH Celso Ramos	36,21	40,75	12,54%
PCH Caveiras	27,99	27,52	-1,68%
PCH Ivo Silveira	21,98	20,73	-5,69%
PCH Pirai	3,97	4,18	5,29%
CGH Rio do Peixe	3,99	3,66	-8,27%
CGH São Lourenço	2,47	2,37	-4,05%
Parque Gerador Próprio	547,43	590,05	7,79%

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

Quadro 9 – Produção do parque gerador**7. Desempenho Econômico-Financeiro**

O Lucro Líquido do Grupo Celesc no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$130,7 milhões, que representa uma redução de -74,53%, se comparado ao mesmo período de 2014 (Lucro Líquido de R\$513,1 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	12.272.907	8.519.569	44,06%
Receita Operacional Líquida – ROL	6.864.695	6.245.241	9,92%
Resultado das Atividades	95.720	847.745	-87,84%
EBITDA Ajustado	361.564	1.007.774	-64,12%
EBITDA	354.804	1.063.958	-66,65%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	5,27%	16,14%	-10,87 p.p
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	5,17%	17,04%	-11,87 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	1,90%	8,22%	-6,31p.p.
Resultado Financeiro	78.330	(13.230)	692,06%
Ativo Total	7.988.928	6.171.127	29,46%
Imobilizado	174.856	232.350	-24,74%
Patrimônio Líquido	2.224.728	2.343.458	-5,07%
Lucro Líquido	130.674	513.055	-74,53%

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 10 – Desempenho econômico financeiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O Grupo Celesc encerrou o exercício de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$12.272,9 milhões aumento de 44,06% em relação a 2014 num valor de R\$8.519,6 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 9,92%, fechando o exercício de 2015 em R\$6.864,7 milhões em relação ao mesmo período de 2014 num valor de R\$6.245,2 milhões.

O EBITDA ajustado no exercício de 2015 atingiu o valor de R\$361,6 mil e a Margem do EBITDA ajustado passou de 16,14% no mesmo período de 2014 para 5,27% em 2015. A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA Ajustado está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$MIL	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014 (Reapresentado)
Lucro Líquido	130.674	513.055
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	43.376	321.460
Resultado Financeiro	(78.330)	13.230
Depreciação e Amortização	259.084	216.213
(=) EBITDA	354.804	1.063.958
(-) Efeitos Não Recorrentes	6.760	(56.184)
Provisão Teste <i>Impairment</i> em Controlada	29.895	14.253
Reversão Teste <i>Impairment</i> em Controlada	(12.056)	(43.923)
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(11.079)	(26.514)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	361.564	1.007.774

Fonte: DEF/DPCO

Quadro 11 – Conciliação Ebitda

8. Desempenho Social

O Grupo Celesc procura assumir princípios e compromissos para ampliar a sua atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na sua gestão. Dessa forma, torna-se agente solidário e ativo em processos relevantes ao fortalecimento da sustentabilidade em todos os seus aspectos.

Em 2015, o processo para Certificação pela NBR 16001:12 – Norma de Responsabilidade Socioambiental, que foi destaque de 2014, teve continuidade. Em janeiro, a certificação da Administração Central foi recebida formalmente, tornando a Celesc a primeira empresa do Setor Elétrico brasileiro a conquistar o Selo de Sistema de Gestão em Responsabilidade Socioambiental.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

No ano, as atividades relativas à NBR 16001:12 tiveram como principal foco a manutenção da certificação na Administração Central e, para isso, a Empresa atendeu aos requisitos estabelecidos em seu plano de ação elaborado e aprovado pela auditoria externa da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT, em dezembro de 2014. Os desafios envolveram aspectos legais, estruturais e questões relativas à saúde e à segurança do trabalhador.

O plano de expansão para Certificação das 16 Agências Regionais e de usinas, almoxarifados e outras estruturas descentralizadas da Celesc também teve início em 2015, contemplando inicialmente as Agências Regionais da Celesc em Tubarão, Joaçaba, Rio do Sul e o Almoxarifado Central, em Palhoça.

Durante todo esse ano, foram realizados treinamentos com empregados; workshops com *stakeholders* (de acordo com seu nível de engajamento); sensibilização com as gerências; além de auditorias internas para adequar as unidades de negócio às exigências da Norma. Essas unidades de negócio foram auditadas externamente em dezembro e, a exemplo da Administração Central, também foram certificadas. Dessa forma, a Celesc passará por um processo de melhoria contínua, em que as unidades certificadas precisarão atender às demandas apontadas pelo auditor externo, por meio de planos de ação que visam buscar a excelência em sua gestão.

Para 2016, está previsto o processo de certificação em mais unidades de negócio, abrangendo as usinas da Celesc G e as Regionais São Miguel do Oeste, Chapecó, Videira, Concórdia, Lages, Criciúma e Florianópolis.

Em 2015, a Celesc repassou para dez entidades filantrópicas o valor das doações arrecadadas pelo projeto Bônus Eficiente II, desenvolvido por meio do Programa de Eficiência Energética – PEE. O total arrecadado foi de R\$520.440,00.

O Bônus Eficiente viabiliza a troca de geladeiras e freezers antigos por equipamentos novos e mais econômicos, com até 50% de desconto. Além do caráter social, o projeto considera benefícios econômicos e ambientais. Ao contemplar o consumidor com subsídio na compra de eletrodoméstico mais eficiente, garante também a economia na conta de energia elétrica.

O Grupo Celesc investe em outros projetos e ações de responsabilidade socioambiental:

Energia do Futuro – Viabiliza a construção de coletor solar com o uso de produtos recicláveis (caixas *tetrapak* e garrafas *pet*), contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica em residências com baixo poder aquisitivo. Gera trabalho e renda para famílias cooperativadas pelo próprio projeto para trabalhar na fabricação dos coletores.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Jovem Aprendiz – É um projeto permanente da Celesc D. Desde 2006, ano em que foi implantado, mais de mil jovens foram contemplados. Em 2009, a empresa firmou parceria com o Ministério Público Estadual – MPE e instituiu que os jovens passassem a ser indicados exclusivamente por instituições ou entidades de acolhimento à criança e ao adolescente.

Celesc Voluntária - Outro destaque importante foi a consolidação do Programa Celesc Voluntária, que visa difundir e fortalecer o conceito de cidadania empresarial entre os empregados da Celesc D, despertando a consciência solidária e o trabalho como agentes de transformação social. Esse Programa foi criado em 2013 e, desde então, aos finais de semana, empregados da Celesc realizam ações de voluntariado nas mais diversas regiões do estado. São iniciativas dedicadas a vários fins diversos como revitalização de creches, escolas, asilos, comunidades terapêuticas, praças e quadras esportivas; limpeza de rios, praias e parques; plantio de árvores frutíferas e ornamentais; recuperação de mata ciliar; pintura e produção de brinquedos com pneus; organização de hortas comunitárias; entre outras. Já foram mais de 80 mil beneficiados.

Campanha Contra o Trabalho Infantil – Em 2015, a Celesc firmou, com o Tribunal Regional do Trabalho – TRT/SC, um termo de adesão ao *Programa de Combate ao Trabalho Infantil*, que combate essa prática por meio de políticas de prevenção e incentivo à tramitação prioritária dos processos relativos ao tema.

Projeto Hábito Legal – Para apresentar uma alternativa de descarte adequado à população, o projeto, organizado pela Agência Regional Videira e empresas da região, realiza a coleta de óleo de cozinha usado, providenciando a destinação adequada. Em 2015, o projeto arrecadou 560 litros de óleo, que serão transformados para fabricação de sabão.

Declaração de Mudanças Climáticas – Atenta aos impactos da distribuição e geração de energia no meio ambiente, a Celesc lançou, em 2015, a Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A adoção de medidas de eficiência energética, o uso de matérias-primas renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes estão entre os compromissos firmados.

Celesc Incentiva – Programa desenvolvido para fomentar os conceitos de acessibilidade e inclusão no ambiente interno. Uma das metas é atender às necessidades de acessibilidade dos empregados, assegurando o acesso físico às instalações da Empresa e fornecendo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades laborais. Em iniciativa pioneira no meio empresarial catarinense, a Celesc adaptou um veículo de sua frota para uso por pessoas com deficiência física, viabilizando a modificação necessária (marcha automática, controle de freio e acelerador instalado direto no volante).



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Compromissos Voluntários:

Programa na Mão Certa – Iniciativa da *Childhood* Brasil para enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A frota de veículos da Celesc possui adesivos com Disque 100, canal de denúncias exclusivo do Programa.

Pacto Global – Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para encorajar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, com foco no desenvolvimento de um mercado inclusivo e sustentável. A Celesc é signatária desde 2016 e realiza suas ações e projetos com base em princípios do pacto: Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – A Celesc assumiu o compromisso com o programa da Organização das Nações Unidas – ONU, que visa consolidar conceitos básicos de cidadania assim como melhorar a qualidade de vida de todos no planeta.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – Empresa Limpa – Como signatária desde 2006, a Celesc D assume o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que ela seja cumprida integralmente. A empresa lançou, em 2015, sua Política Anticorrupção, ferramenta para prevenir atos ilícitos em todas as operações e níveis funcionais da companhia.

Cadastro Empresas Pró-Ética – A Celesc D integra o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, iniciativa da Controladoria Geral da União – CGU e do Instituto Ethos. Em 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) concedeu à Celesc o reconhecimento público como empresa comprometida com a integridade e o combate à corrupção, por meio de inclusão na *Lista Empresa Pró-Ética 2015*.

InPACTO – A Celesc associou-se ao InPACTO, que pretende fortalecer e dar sustentabilidade às ações realizadas no âmbito do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Entre os objetivos, está a prevenção e erradicação do trabalho escravo no ambiente de negócios e suas cadeias produtivas.

9. Desempenho Meio Ambiente

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, a busca do melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, e a oferta à sociedade de serviços que contemplem de forma permanente às variáveis socioambientais são alguns dos Princípios de Política Responsabilidade Socioambiental da Celesc incorporados no momento do planejamento e execução em planos e programas socioambientais, visando minimizar e/ou mitigar os impactos de seus empreendimentos e atividades.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

9.1. Grupo Celesc

9.1.1. Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE

Um destaque na área de Meio Ambiente é a elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, considerando a estrutura e forma de gestão da Companhia. Segundo as Especificações do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, podem ser utilizadas duas abordagens para consolidação dos limites organizacionais: controle operacional e participação societária.

Nos inventários relativos a 2012 e 2013 do Grupo Celesc optou-se pela abordagem por controle operacional para a consolidação das emissões de GEE (FGV & WRI). O inventário de GEE do ano de 2014 foi realizado e auditado pela ABNT, instituição com acreditação INMETRO para tal atividade, sendo obtido o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

O Inventário de Emissões de GEE da Celesc compreende as emissões da Celesc e suas subsidiárias – Celesc D e Celesc G – por serem as empresas em que a companhia possui o controle 100% operacional e, conseqüentemente, a gestão sobre as fontes de emissões. O inventário está disponível no Registro Público de Emissões no portal: www.registropublicodeemissoes.com.br.

9.1.1.2. Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos

No decorrer de 2015, a Celesc, de acordo com o princípio Prevenção de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, desenvolveu um sistema de gestão socioambiental. Na área de Resíduos Sólidos foi publicada uma Instrução Normativa com procedimentos e diretrizes para o gerenciamento de resíduos, a partir da qual foi elaborado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, desde a geração, passando pelo correto acondicionamento e armazenamento temporário, até a destinação final ambientalmente adequada, por tipo de resíduo. A implantação do PGRS está prevista para o decorrer de 2016. Em sua primeira etapa está prevista a aquisição de contentores para o acondicionamento de forma seletiva, e outros equipamentos necessários para a quantificação e inventários da geração dos resíduos pela empresa.

9.2 Celesc D

9.2.1. Expansão e Atendimento na Rede de Distribuição

Na Celesc D, a concepção de novos projetos tem se pautado pela melhoria contínua do desempenho socioambiental. Por isso, além do diagnóstico ambiental, o estudo contempla a



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

identificação dos impactos sociais e econômicos que poderão ser gerados pela implantação do empreendimento. Após a identificação, são estudadas medidas para tratamento dos impactos ambientais e sociais, mediante a realização de ações para eliminar, minimizar e compensar impactos negativos, consolidadas na forma de programas ambientais, que visam também assegurar a qualidade ambiental da área de influência, o monitoramento ambiental e a mitigação dos impactos negativos no entorno dos empreendimentos.

O número de programas ambientais e suas extensões variam conforme as características de cada empreendimento como porte, abrangência e especificações técnicas. O controle dos programas ambientais é realizado pela equipe de supervisão ambiental, que verifica a conformidade do empreendimento frente às condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais concedidas.

As ações da Celesc D não implicam em desapropriação de áreas de servidão instituídas por ocasião da implantação de linhas de transmissão, áreas essas que são indenizadas por restrição de uso. Entretanto, a Celesc D investe na preservação e recuperação de patrimônio artístico e cultural, quando necessário, em função do porte do empreendimento ou de indícios da existência de vestígios arqueológicos, por meio de estudos arqueológicos para a implantação de novos empreendimentos de linhas e subestações e, quando for o caso, de salvamento de patrimônio artístico e cultural local.

Para que seja realizado o fornecimento de energia elétrica em uma nova unidade consumidora, é necessário também que o interessado apresente todas as anuências dos órgãos competentes, nas esferas municipal, estadual e federal, quando aplicável, comprovando a regularidade quanto à ocupação do imóvel.

9.2.2. Programa de Proteção de Aves na Rede

O Programa de Proteção de Aves na Rede da Celesc D surgiu em 2002 em virtude da crescente participação de aves, principalmente do pássaro João-de-barro (*Furnarius rufus*), em acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, causando interrupções no fornecimento de energia e, em muitos casos, a morte de aves. As principais atividades do programa são a retirada de ninhos inativos que apresentam risco potencial de acidentes com a rede elétrica de distribuição e, em seguida, a instalação de afastadores (inibidores) da formação de ninhos próximos aos isoladores da rede.

O Programa de Proteção de Aves na Rede da Celesc de 2015 foi autorizado pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA por meio da Autorização Ambiental – AuA nº 26/2015. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 4 de maio a 31 agosto de 2015, período da autorização ambiental.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em 2015, foram retirados, no total, 3.493 ninhos de joão-de-barro inativos, sendo 2.697 em rede trifásica de distribuição e 796 em rede monofásica de distribuição. Também foram instalados 8.934 peças de afastadores (inibidores).

9.2.3. Riscos Ambientais

Na etapa de planejamento do sistema elétrico e no desenvolvimento de atividades administrativas são utilizados insumos nos quais são relacionados como potenciais riscos e impactos ao meio ambiente a poluição do solo, poluição do ar, depleção de recursos naturais.

Para a etapa de instalação de subestações, linhas de transmissão e rede de transmissões há potenciais impactos socioambientais, tais como: afugentamento da fauna, danos à biodiversidade, poluição do ar, poluição do solo, compactação do solo, perdas para a sociedade em função possíveis conflitos com proprietários de áreas vizinhas às subestações e implantação de faixas de servidão para as linhas de transmissão.

Para a operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e redes de transmissão, correlacionam-se como alguns impactos socioambientais a poluição visual; supressão da vegetação e danos à biodiversidade pela manutenção de faixas de servidão, perdas econômicas à vizinhos de subestações e à proprietários de áreas atingidas pelas faixa de servidão; riscos à saúde, à segurança da comunidade e riscos de interrupção de energia elétrica em decorrência de vandalismo, condições climáticas adversas e crescimento da vegetação; geração de resíduos sólidos perigosos e outros resíduos classificados como não inertes e inertes.

9.3. Celesc G

As principais ações na área de Meio Ambiente da Celesc G, em 2015, envolveram a conservação de uma estação ecológica, aquisição de equipamentos de proteção para evitar danos à natureza, georreferenciamento das usinas próprias, destinação de resíduos, monitoramento hidrológico, medição de campos elétrico e magnético, entre outros, que estão detalhados a seguir.

9.3.1. Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

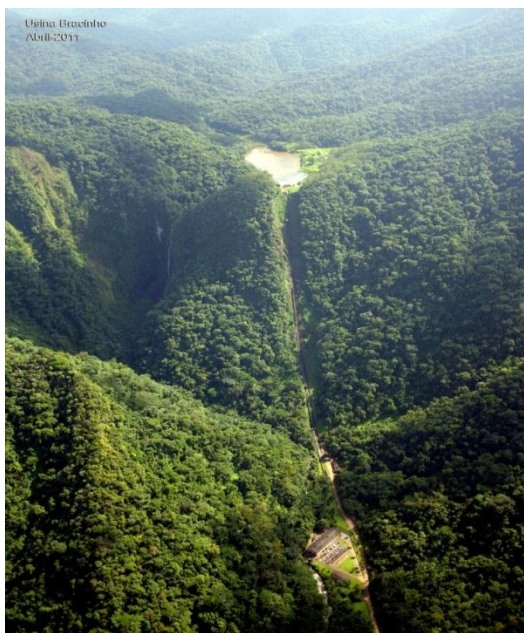
A Estação Ecológica do Bracinho (foto), localizada no município Schroeder, abriga um santuário natural de 46 milhões de m². O local preserva uma faixa de Mata Atlântica e não recebe visitação pública. Em sua área de abrangência, com relevo acidentado, há duas nascentes: os rios Bracinho e Piraí. A manutenção visa proteger a flora e a fauna do local, uma das regiões mais preservadas do norte de Santa Catarina. Outro objetivo simultâneo é a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

preservação do regime hidrológico dos rios locais, visando abastecimento regular das represas que atendem às usinas hidrelétricas da região. Toda a delimitação da área pertencente à concessão foi realizada por meio do projeto SIG – Sistema de Informações Geográficas da Celesc G.



Fonte: arquivo DPEG/DVMM

Figura 1 – Vista aérea da Estação Ecológica do Bracinho

9.3.2. Compra de kits de proteção ambiental

Derramamentos de óleo e seus derivados podem causar sérios problemas se não forem devidamente contidos, com danos ao meio ambiente até eventuais multas. Visando a proteção ambiental, no ano de 2015 foram adquiridos kits para contenção de vazamentos de óleo, disponíveis em todas as 12 usinas próprias da Celesc G. Cem por cento dos empregados da Celesc G e da operação de usinas, bem como terceirizados, foram treinados e estão aptos para manusear os kits e lidar corretamente com os resíduos.

Até então, os pequenos vazamento de óleo que ocorriam durante a manutenção de máquinas das usinas eram contidos com estopas, material com baixa absorção do óleo e muita retenção de água, o que fazia com que o resíduo pesasse mais, aumentando os custos com descarte.

Diante disso, optou-se por materiais mais eficazes na contenção de óleo e seus derivados, denominada linha branca, fabricada em polipropileno e material hidrofóbico, ou seja, que não absorve água. Além disso, esse material não propaga fogo, flutua na água e absorve até



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

vinde vezes o próprio peso. Para que esses produtos fossem adequados à realidade da empresa, criaram-se kits com mantas, cordões e travesseiros. As mantas são ideais para derramamentos maiores, possibilitando contenção rápida e fácil do vazamento de óleo. Os cordões são utilizados para que o derramamento não se alastre e possa ser contido de forma ágil e eficaz. Os travesseiros são ideais para casos em que os vazamentos são constantes, em forma de gotejamento.

Sacos plásticos, turfa, óculos de proteção, roupa de proteção, pá antifáisca – todos acondicionados em um container de 1.000 litros –, também fazem parte do kit de proteção ambiental. Os sacos plásticos são necessários para o descarte dos resíduos gerados. A turfa é um absorvente natural de óleos e derivados 100% biodegradável, utilizada para casos em que os vazamentos de óleo ocorrem diretamente sobre o solo. Os óculos e a roupa de proteção são indispensáveis para a segurança de quem vai manusear os produtos em contato com o óleo.

9.3.3. Projeto SIG – Sistema de Informação Geográfica

No primeiro trimestre de 2015, foi concluído o levantamento dos dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc G, em atendimento à Resolução nº 501/2012 da ANEEL. Todos os dados levantados estão disponíveis em uma plataforma interna, que permite aos usuários da Celesc G pesquisá-los conforme necessidade. A plataforma tem três módulos: um para Gestão Patrimonial, um referente à Resolução nº 501/2012 da ANEEL e outro de Meio Ambiente. Em cada módulo, os dados são separados de acordo com as 12 usinas concedidas à Celesc G. Com essa solução técnica, tornou-se mais fácil a gestão e o controle, bem como os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de usinas hidrelétricas.

9.3.4. Destinação de Resíduos

Foram encaminhados 1.940 kg de baterias inservíveis provenientes das Usinas Garcia, Caveiras, Pery, Celso Ramos, Rio do Peixe e Ivo Silveira para a destinação final ambientalmente adequada.

Além disso, foi utilizado o método *Bulbox* para disposição final de 160 lâmpadas, que consiste em retirar os gases de mercúrio por meio de um filtro de carvão ativado. O sistema também tritura as lâmpadas das quais foi retirado o mercúrio e o resíduo final é classificado como classe II-A, não-perigoso, não-inerte, segundo a NBR 10.004/2004.

Ainda em 2015, contratou-se uma empresa para descartar os resíduos de óleo, estopas e materiais contaminados com PCB estocados nas usinas da Celesc G. No momento, a empresa vencedora da licitação apresentou os planos de trabalho e está aguardando o licenciamento ambiental para execução do serviço. A empresa contratada irá destinar corretamente 14.687 kg de óleo; 2.325 kg de estopas e 15.898 kg de equipamentos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

9.3.5 Monitoramento Hidrológico

A Celesc G possui 25 estações de monitoramento hidrológico nas usinas e barragens, para as quais foram refeitos todos os projetos e adquiridos novos equipamentos, cuja instalação deverá ser concluída em 2016. Além de modernizar e trazer mais confiabilidade ao monitoramento do volume de chuvas e níveis dos rios, esse projeto atende à Resolução conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010.

Em 2015, foi contratada uma nova empresa para realizar o monitoramento das estações hidrometeorológicas da Celesc G. Todos os meses, uma equipe de campo realiza inspeções nas estações de todas as usinas da Celesc, com objetivo de verificar suas condições operacionais e realizar manutenção preventiva e corretiva, quando necessário. A equipe também é responsável pela medição de descarga líquida (vazão) e descarga sólida (sedimentos), além de coleta para análise da qualidade da água em dois reservatórios (Barragem Caveiras e Barragem Rio Bonito).

9.3.6. Medição de Campos Elétricos e Magnéticos

As Resoluções da ANEEL nº 398/2009 e 616/2014 determinam a todos os agentes de geração, transmissão e distribuição responsáveis por instalações com tensão igual ou superior a 138 kV, o encaminhamento de relatório das medições dos campos elétrico e magnético ao órgão regulador.

Para tanto, a Celesc G contratou, em 2015, uma empresa para a realização da medição dos campos elétrico e magnético da Subestação Pery II – Curitiba e da Linha de Transmissão 138 kV Pery-Curitiba, pois são as únicas instalações com tensão igual ou superior a 138 kV pertencentes à Celesc G. Realizados os serviços, o relatório das medições foi encaminhado à ANEEL, em cumprimento ao estabelecido nas resoluções.

9.3.7. Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Seguindo o disposto na Lei Federal 12.305/2010, a Celesc G elaborou os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de todas as usinas. Para tal, foi realizado um diagnóstico dos resíduos gerados na operação das unidades, bem como a identificação dos responsáveis pelas etapas do gerenciamento dos resíduos. Com a medida, está sendo implantado um adequado gerenciamento das etapas de geração, segregação, armazenamento e destinação final ambientalmente adequada.

Também está em implantação um sistema de controle dos resíduos gerados para ser preenchido pelos operadores das usinas. Com isso, pretende-se identificar a quantidade gerada e, assim, a frequência com que os resíduos devem ser retirados. Para a maior



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

efetividade dos Planos, todos os operadores passaram por treinamentos, com o seguinte conteúdo:

- Conteúdo do Plano: atendimento à legislação federal, etapas do gerenciamento dos resíduos e objetivos;
- Informações acerca da legislação federal e normas técnicas que dizem respeito aos resíduos sólidos;
- Classificação dos resíduos gerados;
- Descrição dos processos de segregação, manuseio, armazenamento e destinação final adequada de resíduos e rejeitos;
- Formas de destinação final adequada;
- Informações acerca da aquisição de equipamentos, materiais e obras civis necessárias;
- Segurança no manuseio e descarte de resíduos perigosos; e
- Providências para registro e coleta de resíduos.

9.3.8. Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, aproveitamentos para potenciais hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que garante controle quantitativo e qualitativo dos usos múltiplos da água. As usinas Pery, em Curitiba, e Celso Ramos, em Faxinal dos Guedes, já possuem outorgas de uso de água, o que assegura a disponibilidade hídrica para cada empreendimento. A usina Pery tem sua outorga garantida até o ano de 2017, enquanto a Celso Ramos tem sua outorga até 2035. Para as demais usinas, as outorgas estão em fase de regularização junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS.

9.3.9. Certificado do IBAMA

Em 2015, o cadastro da Celesc G junto ao IBAMA foi atualizado, incluindo a atividade de transmissão de energia, relativa à Linha de Transmissão 138kV Pery-Curitiba. Segundo os dados disponíveis, a Celesc G está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA, por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

9.3.10. Sistema Eletrônico para Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos

Por meio da Lei Estadual nº 15.442/2011, a Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA, implantou o Sistema Eletrônico para Controle de Movimentação de Resíduos e Rejeitos – MTR, que trata dos resíduos internos em Santa Catarina. O sistema prevê que todas as empresas geradoras de resíduos industriais estejam cadastradas,



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

bem como as empresas responsáveis por transportar e destinar os resíduos corretamente. Tal sistema permite ao órgão ambiental um panorama geral acerca da quantidade de resíduos produzidos, bem como local de origem e destino final.

A Celesc G está devidamente registrada no sistema da FATMA, na categoria Gerador. Além de manter o cadastro atualizado em 2015, o sistema foi usado para produção do Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos dos materiais transportados da usina Pirai, em Joinville, até um aterro industrial em Blumenau. O Manifesto permite rastreabilidade de todo o resíduo gerado, garantindo que seja encaminhado para o local correto, no qual o aterro industrial ficará responsável pela sua destinação ambientalmente correta.

10. Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.340.000 mil representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia encerrou o ano com 6.178 acionistas, sendo 5.616 pessoas físicas e 562 pessoas jurídicas. O grupo controlador detém 20,20% do Capital Total e as demais ações são detidas, basicamente, por grandes fundos de pensão, clubes de investimento, investidores institucionais e pessoas físicas com perfil de investimento de longo prazo. Os investidores estrangeiros encerraram 2015 representando 14,16% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.460.334 ações preferenciais.

Desde abril de 2013, a Companhia conta com a atuação da corretora Brasil Plural como agente Formador de Mercado (*Market Maker*), objetivando fomentar a liquidez das ações preferenciais (CLSC4) em circulação no mercado. Em 2015, essa classe de ações registrou 15.290 negócios, envolvendo a quantidade de 7.755.200 ações e tendo sido negociada em todos os 244 pregões da Bolsa de Valores brasileira.

10.1. Desempenho da Celesc no Mercado Acionário

O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou em 2015 queda de 13,31%. Além da desvalorização do real frente ao dólar e da derrocada das *commodities*, outros fatores que influenciaram o desempenho do mercado acionário em 2015 foram inflação de 10,7% e retração projetada do PIB abaixo de -3% a.a..

O Índice de Energia Elétrica – IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico, com as adversidades acometidas pelas condições hidrológicas e pela instabilidade regulatória e financeira, apresentou desvalorização de 8,68% em 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Diante desse cenário, as ações preferenciais da Companhia apresentaram desempenho negativo com desvalorização de 32,95% no ano, incluídos os ajustes de proventos. As ações ordinárias apresentaram desvalorização de 25% no ano em relação ao fechamento de 2014. O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de dezembro de 2015 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

Desempenho		
	Fechamento em 31/12/2015	Variação % * em 12 meses
CELESC PN	R\$ 9,99	-32,95%
CELESC ON	R\$ 30,00	-25,00%
IBOVESPA	43.350	-13,31%
IEE - Índice de Energia Elétrica	24.803	-8,68%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

Quadro 12 – Ações Celesc em 2015**10.2. Relações com Investidores**

Em 2015, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do País, além de duas apresentações junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, nas sedes de Porto Alegre/RS e São Paulo/SP. Foram promovidas ainda três teleconferências para apresentação e discussão dos resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais.

No período de julho a novembro, a Companhia participou do processo de seleção para o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/2015 da BM&FBOVESPA. Apesar de não ter sido selecionada para compor a carteira teórica do índice, a Celesc conseguiu superar seu desempenho em relação aos anos anteriores em cinco das sete dimensões. Ficou acima da média da carteira em quatro dessas dimensões: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa e Social.

No site de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri) estão disponíveis todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM e BM&FBOVESPA), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI⁵, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

⁵ Global Reporting Initiative



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

11. Governança Corporativa

O trabalho realizado ao longo do ano trouxe importantes conquistas, com destaque para os desdobramentos do Plano Diretor – Celesc 2030, que orienta o desenvolvimento das empresas do Grupo pelos próximos 15 anos, por meio do Programa Eficiência Máxima, plano estratégico com o detalhamento de ações e metas.

Esses instrumentos, assim como o Contrato de Gestão de Resultados, que regula a relação entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, direcionam a linha estratégica da Celesc para a agregação de valor, atendimento às demandas do ambiente e desempenho eficiente, conforme as diretrizes dos acionistas.

Os resultados são monitorados em um sistema que permite o acompanhamento diário dos gestores e periódico por todo o quadro de pessoal.

A Celesc possui políticas consolidadas para as seguintes áreas: Divulgação de Informações e de Negociação de Ações; Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos; Relacionamento com Fornecedores; Responsabilidade Social e Comunicação Corporativa. Esse conteúdo está acessível para todos os interessados no portal: **www.celesc.com.br/ri**.

Entre todas as ações realizadas depois da adesão ao nível diferenciado de GC, destacam-se:

- *Tag Along* de 100%, enquanto a exigência é de 80%, isto é, na alienação do controle acionário, os acionistas minoritários têm direito de vender sua participação por valor idêntico ao do acionista controlador;
- Melhoria na prestação das informações trimestrais e anuais, como *ITR*, *DFP*, *Relatório de Referência*, *Release* e *Fact Sheet*;
- Divulgação de calendário anual de eventos corporativos;
- Circulação de 75,5% das ações no mercado, enquanto a exigência é de 25%;
- Distinção entre Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Empresa;
- Uso da Câmara de Arbitragem do Mercado para solucionar problemas entre acionistas e empresa ou então entre acionistas controladores e minoritários.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

11.1. Estrutura de Governança

11.1.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. Formado por treze integrantes, sendo três independentes e um eleito pelos empregados, tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados. No quadro abaixo, a relação completa.

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Ademir Zanella	Representante do Majoritário
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Ernani Bayer	Representante do Majoritário – Independente
Luciano Chede	Representante do Majoritário – Independente
Alberto Ribeiro Güth	Representante dos Minoritários
José Gustavo de Souza Costa	Representante dos Minoritários
José Luiz Alquéres	Representante dos Minoritários
Murillo Barbosa Vianna Neto	Representante dos Minoritários
Wilfredo João Vicente Gomes	Representante dos Preferencialistas
Leandro Nunes da Silva	Representante dos Empregados

Fonte: SEGC

Quadro 13 – Nominata completa de membros do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
11.1.2. Conselho Fiscal

Tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Veja abaixo sua composição.

Paulo da Paixão Borges de Andrade (Presidente)	Representante do Acionista Majoritário
Antônio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Guilherme Silva Roman	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinaristas

Fonte: SEGC

Quadro 14 – Nominata completa dos membros do Conselho Fiscal

12.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do Grupo Celesc é formada por oito diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2015, estava assim formada:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
Enio Andrade Branco	Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Nelson Marcelo Santiago	Diretor de Gestão Corporativa
Rubens José Della Volpe	Diretor de Planejamento e Controle Interno

Fonte: SEGC

Quadro 15 – Nominata completa dos membros da Diretoria Colegiada

13. Balanço Social

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1 - BASE DE CÁLCULO	2015 Valor (mil reais)			2014 (Reapresentado) Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	6.864.695			6.245.241		
- Resultado Operacional (RO)	95.720			847.745		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	548.554			549.749		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	30.748	5,61	0,45	28.147	5,13	0,41
- Encargos Sociais Compulsórios	108.739	19,82	1,58	97.942	17,85	1,43
- Previdência Privada	28.075	5,12	0,41	24.461	4,46	0,36
- Saúde	42.969	7,83	0,63	38.694	7,05	0,56
- Segurança e saúde no trabalho	2.678	0,49	0,04	2.578	0,47	0,04
- Educação	504	0,09	0,01	494	0,09	0,01
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.363	0,25	0,02	1.585	0,29	0,02
- Creches ou Auxílio-creche	1.353	0,25	0,02	1.239	0,23	0,02
- Participação nos Lucros ou Resultados	22.610	4,12	0,33	32.690	5,96	0,48
- Outros	5.617	1,02	0,08	39.851	7,26	0,58
Total - Indicadores Sociais Internos	244.656	44,60	3,56	267.681	48,80	3,90
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	2.268	1,30	0,03	2.664	1,53	0,04
- Cultura	28.080	16,13	0,41	13.016	7,48	0,19
- Saúde e Saneamento	184	0,11	0,00	450	0,26	0,01
- Esporte	28.080	16,13	0,41	15.000	8,62	0,22
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	603.440	346,70	8,79	190.500	109,45	2,78
- Outros	1.190	0,68	0,02	1.245	0,72	0,02
Total das Contribuições p/ a Sociedade	663.242	381,06	9,66	222.875	128,05	3,25
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	3.161.407	1.816,38	46,05	2.456.308	1.411,27	35,78
Total - Indicadores Sociais Externos	3.824.649	2.197,44	55,71	2.679.183	1.539,32	39,03
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	4.726	2,72	0,07	5.364	3,08	0,08
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	244.675	140,58	3,56	213.083	122,43	3,10
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	249.401	143,29	3,63	218.447	125,51	3,18
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	☐ não possui metas ☐ cumpre de 51 a 75 % ☒ cumpre de 0 a 50 % ☐ cumpre de 76 a 100 %			☒ não possui metas ☐ cumpre de 51 a 75 % ☐ cumpre de 0 a 50 % ☐ cumpre de 76 a 100 %		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2015			2014		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.329			3.287		
- Nº de admissões durante o período	86			352		
- Nº de empregados(as) terceirizados	1.784			2.093		
- Nº de estagiários(as)	218			255		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.846			1.761		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	602			587		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,62			23,07		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	51			49		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,01			1,02		
- Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	17			15		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2015			Metas 2016		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	27,10			25,00		
- Número total de acidentes de trabalho	109			-		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção	☒ direção e gerências	☐ todos os empregados	☐ direção	☒ direção e gerências	☐ todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	☒ direção e gerências	☐ todos os empregados	☐ todos+ Cipa	☒ direção e gerências	☐ todos os empregados	☐ todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	☐ não se envolve	☐ segue as normas da OIT	☒ incentiva e segue a OIT	☐ não se envolve	☐ seguirá as normas da OIT	☒ incentiva e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos os empregados	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos os empregados	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	☐ não são considerados	☒ são sugeridos	☐ são exigidos	☐ não serão considerados	☒ serão sugeridos	☐ são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	☐ não se envolve	☐ apoia	☒ organiza e incentiva	☐ não se envolve	☐ apoiará	☒ organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 1.295.734	no Procon 1.022	na Justiça 1.163	na Empresa 28	no Procon 0	na Justiça 1.000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 99,99%	no Procon 0,01%	na Justiça 0,52%	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça ND
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 6.519.792			Em 2014: 3.895.517		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	83,70% governo 5,39% terceiros	8,90% colaboradores 1,53% retido 0,48% acionistas		66,96% governo 6,84% terceiros	13,03% colaboradores 10,04% retido 3,13% acionistas	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 83.878.892/0001-55 **UF:** SC **Coordenação:** Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520
 E-mail: vivianibr@celesc.com.br

Sector Econômico: Holding de Capital Aberto

Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030

E-mail: jbraulinos@celesc.com.br

CRC/ SC: 18.996/O-8

"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO

OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"

"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

15. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente prestou, além daqueles estritamente relacionados à atividade de Auditoria Externa, o trabalho de Revisão do Processamento da Folha e Apontamento de Horas Extras.

O valor total dos honorários contratados para estes serviços correlatos foi de R\$135 mil, correspondendo a 22,81% em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.

16. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 29 de março de 2016.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	25.235	16.916	922.047	449.789
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	1.474.884	1.016.683
Estoques	-	-	8.036	8.710
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	2.399	4.102	158.667	53.876
Dividendos a Receber (Nota 10)	27.995	129.451	682	14.212
Ativo Indenizatório – Concessão (Nota 12)	-	-	-	2.890.451
Ativo Financeiro – Parcela A - CVA (Nota 11)	-	-	248.458	450.566
Outras Contas a Receber (Nota 10)	(15)	19	776.367	313.206
	55.614	150.488	3.589.141	5.197.493
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	15.918	6.398
Partes Relacionadas (Nota 14)	12.652	4.262	13.140	4.262
Tributos Diferidos (Nota 18)	-	-	214.282	130.068
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	-	-	15.231	18.732
Depósitos Judiciais (Nota 24)	16.849	16.640	160.873	144.685
Ativo Indenizatório – Concessão (Nota 12)	-	-	196.520	-
Outras Contas a Receber	-	-	2.119	2.003
Ativo Financeiro – Parcela A - CVA (Nota 11)	-	-	196.901	-
Investimentos em Controladas e Coligadas (Nota 15)	2.034.945	2.160.922	201.649	195.621
Imobilizado (Nota 16)	51	56	174.856	232.350
Intangível (Nota 17)	7.457	7.960	3.070.820	102.037
	2.209.432	2.327.318	4.399.787	973.634
Total do Ativo	2.265.046	2.477.806	7.988.928	6.171.127

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****BALANÇOS PATRIMONIAIS**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Fornecedores (Nota 19)	918	1.928	732.321	689.343
Empréstimos e Financiamentos (Nota 20)	-	-	217.157	322.586
Debêntures (Nota 21)	-	-	301.598	4.120
Salários e Encargos Sociais	745	669	131.134	120.371
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 22)	511	1.426	269.700	169.288
Dividendos e Juro sobre Capital Próprio a pagar	31.499	122.219	31.499	122.219
Taxas Regulamentares (Nota 23)	-	-	1.415.572	113.208
Partes Relacionadas (Nota 14)	-	-	18.343	15.106
Passivo Atuarial (Nota 25)	-	-	173.205	170.853
Outros Passivos	208	216	52.179	36.128
	33.881	126.458	3.342.708	1.763.222
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 20)	-	-	325.017	233.879
Debêntures (Nota 21)	-	-	299.133	298.768
Tributos Diferidos (Nota 18)	-	-	327	15.412
Taxas Regulamentares (Nota 23)	-	-	256.703	185.105
Provisão para Contingências (Nota 24)	6.437	7.890	301.827	296.517
Passivo Atuarial (Nota 25)	-	-	1.236.010	1.032.291
Outros Passivos	-	-	2.475	2.475
	6.437	7.890	2.421.492	2.064.447
Patrimônio Líquido (Nota 26)				
Capital Social	1.340.000	1.017.700	1.340.000	1.017.700
Reservas de Capital	316	316	316	316
Reservas de Lucros	1.121.950	1.321.557	1.121.950	1.321.557
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(243.745)	(20.485)	(243.745)	(20.485)
Dividendos Adicionais a Distribuir	6.207	24.370	6.207	24.370
	2.224.728	2.343.458	2.224.728	2.343.458
Total do Passivo	2.265.046	2.477.806	7.988.928	6.171.127

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014 (Reclassificado)
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 28.1)	-	-	6.864.695	6.245.241
Receita das Vendas e Serviços	-	-	5.672.021	5.445.421
Receita de Construção – CPC 17	-	-	430.886	346.924
Receita Parcela A – CVA	-	-	758.788	452.896
Custos (Nota 28.2)	-	-	(6.377.461)	(5.225.067)
Custo das Vendas e Serviços	-	-	(5.946.575)	(4.878.143)
Custo de Construção – CPC 17	-	-	(430.886)	(346.924)
Lucro Bruto	-	-	487.234	1.020.174
Despesas com Vendas (Nota 28.2)	-	-	(185.485)	(154.191)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 28.2)	(29.031)	(29.098)	(291.354)	(258.349)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (Nota 28.2)	1.453	16	52.803	201.594
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 15.b)	147.667	524.620	32.522	38.517
Resultado Operacional	120.089	495.538	95.720	847.745
Receitas Financeiras (Nota 28.3)	12.590	19.737	415.396	241.215
Despesas Financeiras (Nota 28.3)	(2.005)	(2.220)	(337.066)	(254.445)
Resultado Financeiro	10.585	17.517	78.330	(13.230)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	130.674	513.055	174.050	834.515
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18)	-	-	(43.376)	(321.460)
Corrente	-	-	(42.675)	(41.104)
Diferido	-	-	(701)	(280.356)
Lucro Líquido do Exercício	130.674	513.055	130.674	513.055
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro Básico por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	3,1968	12,5515	3,1968	12,5515
Ações Preferenciais Nominativas	3,5165	13,8066	3,5165	13,8066
Lucro Diluído por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	3,1968	12,5515	3,1968	12,5515
Ações Preferenciais Nominativas	3,5165	13,8066	3,5165	13,8066

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado								
	Reservas					Ajustes Avaliação Patrimonial		Lucro /Prejuízo Acumulado	Total
	Capital Social	Capital	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído	Passivo Atuarial		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.017.700	316	112.433	810.232	6.468	104.935	85.378	-	2.137.462
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	513.055	513.055
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	(31.960)	-	31.960	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	98	-	-	-	-	98
Destinação do Lucro									
Constituição de Reservas	-	-	25.652	373.142	-	-	-	(398.794)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	17.902	-	-	(146.221)	(128.319)
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos.	-	-	-	-	-	-	(178.838)	-	(178.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.017.700	316	138.085	1.183.472	24.370	72.975	(93.460)	-	2.343.458
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	130.674	130.674
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	(29.143)	-	29.143	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	118	-	-	-	-	118
Dividendos e JCP	-	-	-	-	(24.370)	-	-	(31.035)	(55.405)
Destinação do Lucro									
Constituição de Reservas	-	-	6.534	116.041	-	-	-	(122.575)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	6.207	-	-	(6.207)	-
Aumento de Capital Social	322.300	-	-	(322.300)	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos.	-	-	-	-	-	-	(194.117)	-	(194.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.340.000	316	144.619	977.331	6.207	43.832	(287.577)	-	2.224.728

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	130.674	513.055	130.674	513.055
Itens que não serão reclassificados para demonstração do resultado				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	(194.117)	(178.838)	(194.117)	(178.838)
Resultado Abrangente Total	(63.443)	334.217	(63.443)	334.217

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014 (Reclassificado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	130.674	513.055	174.050	834.515
Ajustes				
Depreciação e Amortização	1.976	1.976	261.055	218.183
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	171	2.154
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 15)	(147.667)	(524.620)	(32.522)	(38.517)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	-	-	(186.833)	(38.537)
Baixa de Ativo Indenizatório	-	-	40.610	108.450
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	-	(16.035)	17.839	(16.035)
Juros e Variações Monetárias	(8.390)	(368)	204.308	142.929
Contingências	(1.453)	-	5.310	(209.288)
Provisão para Passivo Atuarial	-	-	26.457	74.861
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	-	-	(194)	(1.123)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(19.434)	5.292
Realização de Provisão para Perdas	-	-	(11.079)	(56.184)
Variações nos Ativos e Passivos				
Contas a Receber	-	-	(448.286)	(232.998)
Tributos a Recuperar	1.703	2.874	(101.290)	36.767
Estoques	-	-	674	3.248
Ativos Regulatórios	-	-	5.207	(450.566)
Outros Ativos	34	2.018	(463.277)	(204.576)
Depósitos Judiciais	(209)	(7.859)	(16.188)	(924)
Fornecedores	(1.010)	643	42.978	131.489
Salários e Encargos Sociais	76	(230)	10.763	10.897
Tributos a Pagar	(915)	(3.258)	203.110	(13.243)
Taxas Regulamentares	-	-	1.376.117	11.533
Outros Passivos	(8)	(6)	19.288	(6.739)
Passivo Atuarial	-	-	(193.837)	(262.915)
Caixa Proveniente das Operações	(25.189)	(31.810)	914.997	48.673
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(145.373)	(26.059)
Juros Pagos	-	-	(125.638)	(82.652)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(25.189)	(31.810)	643.986	(60.038)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	(339.808)	(302.674)
Aumento de Capital	-	-	(10.766)	(5.491)
Redução Capital Investidas	-	-	7.800	-
Dividendos Recebidos	179.515	61.081	41.228	18.072
Caixa Líquido Gerado (Aplicado nas) Atividades de Investimentos	179.515	61.081	(301.546)	(290.093)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de Empréstimos	-	-	(421.351)	(301.756)
Ingressos de Empréstimos	-	-	406.176	479.532
Ingressos de Debêntures	-	-	291.000	-
Partes Relacionadas	-	11.297	-	11.297
Dividendos Pagos	(146.007)	(53.658)	(146.007)	(53.659)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado nas) Atividades de Financiamentos	(146.007)	(42.361)	129.818	135.414
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.319	(13.090)	472.258	(214.717)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	16.916	30.006	449.789	664.506
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	25.235	16.916	922.047	449.789

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
				(Reclassificado)
Receitas				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	11.842.021	8.172.645
Receita com a Construção de Ativos	-	-	430.886	346.924
Outras Receitas Operacionais			83.539	-
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	19.434	(5.292)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	-	-	(5.393.506)	(4.411.804)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(3.788)	(3.461)	(229.638)	(281.418)
Gastos com a Construção de Ativos	-	-	(430.886)	(346.924)
Perdas/Recuperação de Ativos	1.453	16	11.079	359.837
Valor Adicionado Bruto	(2.335)	(3.445)	6.332.929	3.833.968
Depreciação e Amortização	(1.976)	(1.976)	(261.055)	(218.183)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(4.311)	(5.421)	6.071.874	3.615.785
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	147.667	524.620	32.522	38.517
Receitas Financeiras	12.590	19.737	415.396	241.215
Valor Adicionado Total a Distribuir	155.946	538.936	6.519.792	3.895.517
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	(24.927)	(25.239)	(580.583)	(507.574)
Impostos, Taxas e Contribuições	(269)	(349)	(5.456.918)	(2.608.271)
Juros e Variações Cambiais	(34)	(249)	(335.095)	(252.474)
Aluguéis	(42)	(44)	(16.521)	(14.143)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(31.035)	(121.850)	(31.035)	(121.851)
Lucro Retido do Exercício	(99.639)	(391.205)	(99.639)	(391.204)
Valor Adicionado Distribuído	(155.946)	(538.936)	(6.519.792)	(3.895.517)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 31 de dezembro de 2015, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Percentual de Participação – %				
Descrição	31 de dezembro 2015		31 de dezembro 2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o termo aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

b) Celesc Geração S.A. – Celesc G

Com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046 ^(*)
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046 ^(*)
Garcia – Rio Garcia (iii)	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046 ^(*)
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046 ^(*)
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046 ^(*)
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	3,80	12,82	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (v)	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras (iv)	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz (vi)	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Pirai – Rio Pirai (vii)	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	114,17	

(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Conforme requerido pela MP nº 579/12, foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs afetadas pela referida MP naquela oportunidade.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação da prorrogação da concessão destas usinas. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões das usinas da Celesc G, afetadas pela MP nº 579/12.

^(*) Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos, conforme Nota 32 – Evento Subsequente.

(iii) A Portaria MME nº 255 de 11 de junho 2015, define como responsável a Celesc G, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Garcia, com vistas a garantir a continuidade do serviço, tendo início dia 08 de julho 2015 até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

(iv) Em 08 de julho de 2013, foi protocolado na ANEEL requerimento para o conhecimento das regras e tarifas aplicáveis à usina PCH Caveiras, nos termos da MP nº 579/12. Em 10 de março de 2015 a ANEEL aceitou o pedido da Celesc G para conhecimento das condições para a prorrogação da concessão da usina no Regime de Cotas.

(v) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a

Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

(vi) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.362, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da PCH Ivo Silveira, localizada no município de Campos Novos/SC, com capacidade instalada de 2,6 MW.

Conforme Lei Federal nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, após o vencimento do prazo da concessão de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 3,0 MW, as usinas estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 10 de agosto de 2015 sob o código CGH.PH.SC.001202-5.02.

(vii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.363, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da Usina Hidrelétrica Piraí, localizada no município de Joinville/SC, com capacidade instalada de 780 kW, passando esta usina a não mais possuir Contrato de Concessão, diante do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 12.783/13, uma vez que esta, findado seu prazo de concessão, deverá passar ao regime de registro, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 04 de setembro de 2015 sob o código CGH.PH.SC.002076-1.02.

b.1) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;

ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF ; e

iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

Em 12 de fevereiro de 2016, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região concedeu tutela parcial, determinando que a União e a ANEEL, abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE à Celesc G, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes. Determinou, ainda, a recontabilização das liquidações realizadas, em especial a parcela de rateio de ajuste do MRE/GSF, com vencimento a partir de 05 de agosto de 2015.

A Celesc G não aderiu a repactuação do risco hidrológico proposto pela Lei Federal nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 (duzentos reais) MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais) MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD;

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O

Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a dezembro de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no mês de janeiro de 2015; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2016, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro 2014, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no lucro líquido da Companhia.

Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado

	Consolidado		
	2014 Original	Reclassificação	2014 Reapresentado
Receita	6.246.243	(1.002)	6.245.241
Receita das Vendas e Serviços (i)	5.446.423	(1.002)	5.445.421
Receita de Construção – CPC 17	346.924	-	346.924
Receita Parcela A – CVA	452.896	-	452.896
Custos	(5.225.067)	-	(5.225.067)
Custo das Vendas e Serviços	(4.878.143)	-	(4.878.143)
Custo de Construção – CPC 17	(346.924)	-	(346.924)
Lucro Bruto	1.021.176	(1.002)	1.020.174
Despesas com Vendas	(154.191)	-	(154.191)
Despesas Gerais e Administrativas (ii)	(319.089)	60.740	(258.349)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (i)	200.592	1.002	201.594
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517
Resultado Operacional	787.005	60.740	847.745
Receitas Financeiras	241.215	-	241.215
Despesas Financeiras (ii)	(193.705)	(60.740)	(254.445)
Resultado Financeiro	47.510	(60.740)	(13.230)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	834.515	-	834.515
Imposto de Renda e Contribuição Social	(321.460)	-	(321.460)
Lucro Líquido do Exercício	513.055	-	513.055
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)			
Lucro Básico por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	12,5515	-	12,5515
Ações Preferenciais Nominativas	13,8066	-	13,8066
Lucro Diluído por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	12,5515	-	12,5515
Ações Preferenciais Nominativas	13,8066	-	13,8066

3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	Consolidado		
	2014 Original	Reclassificação	2014 Reapresentado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	8.172.645	-	8.172.645
Receita com a Construção de Ativos	346.924	-	346.924
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.292)	-	(5.292)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(4.411.804)	-	(4.411.804)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(281.418)	-	(281.418)
Gastos com a Construção de Ativos	(346.924)	-	(346.924)
Perdas/Recuperação de Ativos	359.837	-	359.837
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	3.833.968	-	3.833.968
Depreciação e Amortização	(218.183)	-	(218.183)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.615.785	-	3.615.785
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517
Receitas Financeiras	241.215	-	241.215
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.895.517	-	3.895.517
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal (ii)	(568.314)	60.740	(507.574)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.608.271)	-	(2.608.271)
Juros e Variações Cambiais	(191.734)	(60.740)	(252.474)
Aluguéis	(14.143)	-	(14.143)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(121.851)	-	(121.851)
Lucro Retido do Exercício	(391.204)	-	(391.204)
Valor Adicionado Distribuído	(3.895.517)	-	(3.895.517)



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

3.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

	Consolidado		
	2014	Reclassificação	2014
	Original		Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	834.515	-	834.515
Ajustes			
Depreciação e Amortização	218.183	-	218.183
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	2.154	-	2.154
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 15)	(38.517)	-	(38.517)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	(38.537)	-	(38.537)
Baixa de Ativo Indenizatório	108.450	-	108.450
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	(16.035)	-	(16.035)
Juros e Variações Monetárias	82.189	60.740	142.929
Contingências	(209.288)	-	(209.288)
Provisão para Passivo Atuarial	74.861	-	74.861
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	(1.123)	-	(1.123)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5.292	-	5.292
Realização de Provisão para Perdas	(56.184)	-	(56.184)
Variações nos Ativos e Passivos			
Contas a Receber	(232.998)	-	(232.998)
Tributos a Recuperar	36.767	-	36.767
Estoques	3.248	-	3.248
Ativos Regulatórios	(450.566)	-	(450.566)
Outros Ativos	(204.576)	-	(204.576)
Depósitos Judiciais	(924)	-	(924)
Fornecedores	131.489	-	131.489
Salários e Encargos Sociais	10.897	-	10.897
Tributos a Pagar	(13.243)	-	(13.243)
Taxas Regulamentares	11.533	-	11.533
Outros Passivos	(6.739)	-	(6.739)
Passivo Atuarial (ii)	(202.175)	(60.740)	(262.915)
Caixa Proveniente das Operações	48.673	-	48.673
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(26.059)	-	(26.059)
Juros Pagos	(82.652)	-	(82.652)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(60.038)	-	(60.038)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(302.674)	-	(302.674)
Aumento de Capital	(5.491)	-	(5.491)
Dividendos Recebidos	18.072	-	18.072
Resgate de Fundo de Investimento - FIDC	-	-	-
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Investimentos	(290.093)	-	(290.093)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de Empréstimos	(301.756)	-	(301.756)
Ingressos de Empréstimos	479.532	-	479.532
Partes Relacionadas	11.297	-	11.297
Dividendos Pagos	(53.659)	-	(53.659)
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Financiamentos	135.414	-	135.414
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(214.717)	-	(214.717)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	664.506	-	664.506
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	449.789	-	449.789

(i) A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$1.002, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas, líquidas para Dedução da Receita.

(ii) Foi reclassificada a atualização monetária e juros sobre obrigação a pagar, referente a cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras

3.2. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Método da Equivalência Patrimonial

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as Demonstrações Financeiras de controladas e coligadas, são reconhecidas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

b) Principais procedimentos de consolidação

Os principais procedimentos de consolidação estão abaixo descritos:

- i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- ii) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; e
- iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

c) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

d) Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

3.3. Apresentação de Informação por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo (Nota 28).

3.4. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.6. Instrumentos Financeiros não Derivativos

3.6.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A

classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados, na demonstração do resultado na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos das coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. O grupo classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

3.6.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

3.6.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.4. *Impairment* de Ativos Financeiros

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.8. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.10. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores, e suas atualizações, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

3.11. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É reconhecido inicialmente ao valor justo e posteriormente mantido ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	14,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,3
Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	9,2
Máquinas e Equipamentos	12,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	21,6
Veículos	47,8
Móveis e Utensílios	80,6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As usinas que não tiveram suas concessões renovadas conforme a MP nº 579/12, posteriormente convertida em Lei Federal nº 12.783/13, são depreciadas com base no prazo da concessão conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55/99.

3.12. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão.

b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

3.12.1. Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

3.12.2. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível", nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e como “investimento” nas Demonstrações Financeiras Individuais.

3.12.3. Programas de Computador – *softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.12.4. Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

3.13. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012.

Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IPCA como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

3.14. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

3.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

3.16. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.17. Debêntures

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.19. Benefícios a Empregados e Ex-empregados (PDVI, PDV e Aposentados)

a) Obrigações de Pensão

O Grupo tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as

quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Outros Benefícios

A Companhia oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.20. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

a) Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

A Celesc D reconhece a realização das diferenças temporais entre o valor aprovado da CVA no reajuste tarifário anual e o gasto realmente realizado. Tais valores serão repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL.

A ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia efetua o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

3.21. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.22. Capital Social

As ações Ordinárias e as Preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3.23. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

c) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

d) Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Ativo Regulatório

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

f) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

g) Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. . São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

h) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

i) Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.24 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

a) CPC 33/IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.

b) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 – Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013

(i) **CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios:** foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumentos de patrimônio e que a sua remensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma.

(ii) **CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

(iii) **CPC 05/IAS 24 – Partes Relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

(iv) **CPC 22/IFRS 8 – Informações por Segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para o Grupo.

3.25 Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado							
31 de dezembro 2015							
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.403.577	54.013	17.294	10.362	5.556	1.490.802
Caixa e Equivalente de Caixa		922.047	-	-	-	-	922.047
Subsídio Decreto nº 7.891/13		662.236	-	-	-	-	662.236
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	20.819	41.867	195.786	273.758	-	532.230
Total Ativo		3.008.679	95.880	213.080	284.120	5.556	3.607.315
Empréstimo Bancário	110% a 121,5%						
Eletrobras	CDI	17.024	34.585	134.680	343.401	-	529.690
Finame	5% a.a.	4.008	7.821	21.789	59.195	4.918	97.731
	2,5% a 9,5% a.a.	519	852	4.109	27.357	9.066	41.903
Debêntures	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	2.590	-	317.328	440.612	-	760.530
Fornecedores		398.058	327.655	6.608	-	-	732.321
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	9.563	7.186	33.911	242.285	365.692	658.638
Total Passivo		431.763	378.099	511.817	1.112.850	379.677	2.814.206

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ratificando a solicitação em 15 de outubro de 2012. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 8.461/2015, bem como a partir da abertura da Audiência Pública ANEEL nº 038/2015, materializou-se o processo concreto de prorrogação da concessão.

Em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Conforme mencionado na Nota 32, em 05 de janeiro de 2016 foi assinado o Contrato de



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Concessão das Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2015:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI ¹ (%)			14,50%	18,13%	21,75%
	Aplicações Financeiras	879.566	127.537	159.421	191.306
	Empréstimos	(416.921)	(60.454)	(75.567)	(90.680)
	Debêntures	(600.731)	(87.106)	(108.882)	(130.659)
SELIC			14,09%	17,61%	21,14%
	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	445.359	62.751	78.439	94.127
IPCA ² (%)			10,67%	13,34%	16,01%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	116.702	12.456	15.568	18.684
	Reserva Matemática a amortizar	508.197	54.242	67.793	81.362

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M16 com vencimento em 01/06/2016 – (fechamento 21/01/2016)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de dezembro 2015	Consolidado
		31 de dezembro 2014
Total dos Empréstimos	542.174	556.465
Debêntures	600.731	302.888
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(922.047)	(449.789)
Dívida Líquida	220.858	409.564
Total do Patrimônio Líquido	2.224.728	2.343.458
Total do Capital	2.445.586	2.753.022
Índice de Alavancagem Financeira (%)	9,03%	14,88%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	196.520	2.890.451
Outros	217	217
Total do Ativo	333.998	3.027.929

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2015.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	922.047	-	-	922.047
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	196.520	-	-	196.520
Contas a Receber de Clientes	-	1.967.430	-	-	1.967.430
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)	-	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	-	445.359	-	-	445.359
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	4.193.592	217	-	4.331.070
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	732.321	732.321
Eletrobrás	-	-	-	89.435	89.435
Empréstimos	-	-	-	542.174	542.174
Debêntures	-	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a amortizar	-	-	-	508.197	508.197
	-	-	-	2.472.858	2.472.858

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.

Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros
Ativo				
Caixa e Equivalentes	-	449.789	-	-
Ações	137.261	-	-	-
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.890.451	-	-
Contas a Receber de Clientes	-	1.519.143	-	-
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)	-	240.635	-	-
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	-	450.566	-	-
Outros	-	-	217	-
	137.261	5.550.584	217	-
Passivo				
Fornecedores	-	-	-	689.343
Eletrobrás	-	-	-	135.861
Empréstimos	-	-	-	556.465
Debêntures	-	-	-	302.888
Reserva Matemática a amortizar	-	-	-	497.326
	-	-	-	2.181.883
				5.688.062

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.169.685	791.683
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	245.193	174.624
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	552.552	552.836
	1.967.430	1.519.143

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Recursos em Banco e em Caixa	36	167	42.481	54.734
Aplicações Financeiras	25.199	16.749	879.566	395.055
	25.235	16.916	922.047	449.789



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2015, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para o ano de 2015 o valor apurado para o respectivo ano está muito próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2015 foi de 14,25 % para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores					
Residencial	320.724	110.094	63.250	494.068	358.619
Industrial	356.565	60.090	333.640	750.295	639.863
Comércio, Serviços e Outros	241.609	40.150	71.556	353.315	264.764
Rural	59.659	10.226	9.224	79.109	53.230
Poder Público	32.665	7.188	34.214	74.067	66.111
Iluminação Pública	29.868	296	16.852	47.016	34.398
Serviço Público	22.511	415	1.178	24.104	15.730
	1.063.601	228.459	529.914	1.821.974	1.432.715
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	72.573	4.466	7.665	84.704	54.287
Transações no Âmbito da CCEE	30.102	-	-	30.102	13.190
Outros Créditos	3.409	12.268	14.973	30.650	18.951
	106.084	16.734	22.638	145.456	86.428
	1.169.685	245.193	552.552	1.967.430	1.519.143
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(476.628)	(496.062)
				1.490.802	1.023.081
Circulante				1.474.884	1.016.683
Não Circulante				15.918	6.398

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Após estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva com a consultoria Abdo, Ellery & Associados – Consultoria Empresarial em Energia e Regulação Ltda – AEA foram realizados apontamentos sobre as receitas que deveriam também compor a base de cálculo para apuração da Alíquota Efetiva de PIS/PASEP e da COFINS, baseando-se inicialmente na Resolução Homologatória nº 1.927, de 4 de agosto de 2015:

Art. 14. Autorizar a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário/agente suprido, das despesas relativas ao PIS/PASEP e à COFINS efetivamente incorridas pela Celesc-DIS no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor/usuário/agente suprido, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

As recomendações nos estudos realizados indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015, como descrito em seu relatório:

Assim, observa-se que a CELESC D está considerando na apuração da alíquota efetiva a serem incluídas nas tarifas dos seus consumidores, apenas as despesas de PIS/PASEP e COFINS que decorrem da incidência desses tributos na Receita de Fornecimento, na Receita de Suprimento e na Recita de Uso do Sistema de Distribuição. Portanto, há receitas que incidem tais tributos e que não estão sendo considerados no cálculo das alíquotas efetivas a serem adicionadas às tarifas dois meses depois.

A análise elaborada pela consultoria destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou também parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores		
Residencial	63.250	49.799
Industrial	152.712	191.062
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	66.597	61.337
Rural	4.650	4.612
Poder Público	32.042	32.528
Iluminação Pública	15.586	15.022
Serviço Público	1.090	991
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.468	3.478
	476.628	496.062
Circulante	340.500	359.934
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	490.770
Provisão Constituída no Exercício	13.678
Baixas de Contas a Receber	(8.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	496.062
Provisão Constituída no Exercício	34.490
Baixas de Contas a Receber	(53.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

10. Outros Ativos e Ativos Financeiros – Circulantes e Não Circulantes

	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Outros Créditos a Receber - Circulante		
Dividendos	682	14.212
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 1.1.1 – item e)	662.236	240.635
Pessoal a disposição	3.072	6.060
Adiantamento Proinfa	15.091	11.103
Adiantamentos Diversos	2.997	(445)
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	38.488	23.179
Compartilhamento de Infraestrutura	3.337	9.433
Programa Baixa Renda	24.098	9.917
Ativos Financeiros - Parcela A (Nota 11)	248.458	450.566
Outras contas	27.048	13.324
	1.025.507	777.984
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros - Parcela A (Nota 11)	196.901	-
Outras contas	2.119	2.003
	199.020	2.003
	1.224.527	779.987

11. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA



	Consolidado								
Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2014	Adição	Amortização	Remune- ração	31 de dezembro 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	644.006	934.676	(625.479)	38.503	991.706	262.268	729.438	824.368	167.338
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	585.110	607.191	(583.851)	27.838	636.288	228.790	407.498	582.919	53.369
Proinfra	5.509	(917)	(4.568)	(24)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	33.602	12.229	(15.764)	2.915	32.982	15.046	17.936	22.519	10.463
Transporte de Energia - Itaipu	606	1.548	(732)	11	1.433	987	446	1.173	260
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	-	126.565	-	-	126.565	-	126.565	126.565	-
CDE	19.179	188.060	(20.564)	7.763	194.438	17.445	176.993	91.192	103.246
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	107.023	(10.285)	-	96.738	14.398	82.340	61.185	35.553
Neutralidade da Parcela A	-	60.948	-	-	60.948	-	60.948	25.395	35.553
Sobrecontratação de Energia	-	21.392	-	-	21.392	-	21.392	21.392	-
Outros	-	24.683	(10.285)	-	14.398	14.398	-	14.398	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	644.006	1.041.699	(635.764)	38.503	1.088.444	276.666	811.778	885.553	202.891
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(165.226)	(671.156)	224.636	(2.403)	(614.149)	(161.307)	(452.841)	(608.159)	(5.990)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	(316.008)	-	-	(316.008)	-	(316.008)	(316.008)	-
Proifra	-	(2.335)	750	(54)	(1.639)	(1.053)	(585)	(1.297)	(342)
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	(165.226)	(352.813)	223.886	(2.349)	(296.502)	(160.254)	(136.248)	(290.854)	(5.648)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(28.214)	(34.326)	33.604	-	(28.936)	(7.544)	(21.392)	(28.936)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(21.392)	-	-	(21.392)	-	(21.392)	(21.392)	-
Outros	(28.214)	(12.934)	33.604	-	(7.544)	(7.544)	-	(7.544)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(193.440)	(705.482)	258.240	(2.403)	(643.085)	(168.851)	(474.233)	(637.095)	(5.990)
Total Ativos Financeiros Setoriais, líquidos	450.566	336.217	(377.524)	36.100	445.359	107.815	337.545	248.458	196.901

Consolidado		
Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	100.961	286.725
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	276.597	-
Total da Parcela A — CVA	377.558	478.779
Outros Itens de CVA	67.801	(28.213)
Total	445.359	450.566

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 10 de dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Em Serviço	116.702	2.676.623
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	116.702	2.676.623
Em Curso	79.818	213.828
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	79.818	213.828
Total	196.520	2.890.451
Circulante	-	2.890.451
Não Circulante	196.520	-

Por meio do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 56/1999 a Celesc Distribuição S.A. formalizou a prorrogação da concessão até 07 de Julho de 2045.

Em função da prorrogação de concessão a parcela que estava registrada no Ativo Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de Agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Em 31 de dezembro de 2013	2.682.713
(+) Novas Aplicações	277.651
(+) Ajuste VNR	38.537
(-) Baixa	(30.464)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
Em 31 de dezembro de 2014	2.890.451
(+) Novas Aplicações	322.126
(+) Ajuste VNR	186.833
(-) Transferência para Intangível - Renovação da Concessão	(3.162.280)
(-) Baixa	(40.610)
Em 31 de dezembro de 2015	196.520

(i) A Companhia reconheceu no exercício de 2015, o montante de R\$186.833, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS ⁴	-	-	39.140	41.763
PIS e COFINS ⁵	-	-	407	399
IRPJ e CSLL ⁶	2.298	4.001	131.399	27.562
Outros	101	101	2.952	2.884
Total	2.399	4.102	173.898	72.608
Circulante	2.399	4.102	158.667	53.876
Não Circulante	-	-	15.231	18.732

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

14. Transações com Partes Relacionadas

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante, são:

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262
Em 31 de dezembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014					
Governo do Estado de SC					
ICMS	101.718	41.763	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.232	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	15.106
	101.718	41.763	7.232	4.262	15.106
Em 31 de dezembro de 2015					
Governo do Estado de SC					
ICMS	177.055	39.140	-	-	-
Contas a Receber	-	-	8.602	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.				488	18.343
	177.055	39.140	8.602	13.140	18.343

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 31 de dezembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	368
	368
Em 31 de dezembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	8.390
	8.390

Descrição	Consolidado		
	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 31 de dezembro de 2014			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.410.881	-	-
Receita de Vendas	-	52.165	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	368
	1.410.881	52.165	368
Em 31 de dezembro de 2015			
Governo do Estado de SC			
ICMS	2.086.450	-	-
Receita de Vendas	-	75.569	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	8.390
	2.086.450	75.569	8.390

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) o Ofício GABS/SE nº 167/2016, datado de 10 de março de 2016, reconhecendo o débito e concordando com o cálculo de atualização apresentado pela Celesc.

O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$12.652. A atualização monetária de R\$8.390 foi contabilizada em Receitas Financeiras.

(ii) SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008. Em janeiro de 2011 foi assinado o 1º Aditivo e o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas sendo totalmente quitado em 2014.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Administradores				
Honorários	5.645	4.861	5.645	4.861
Encargos Sociais	1.177	1.398	1.177	1.398
Outros	87	159	87	159
	6.909	6.418	6.909	6.418

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Controladas				
Celesc D	1.501.051	1.651.364	-	-
Celesc G	372.169	351.334	-	-
	1.873.220	2.002.698	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	84.005	84.717	84.005	84.717
ECTE	45.486	46.818	45.486	46.818
	129.491	131.535	129.491	131.535
Coligadas				
DFESA	32.234	26.689	32.234	26.689
SPEs ⁷	-	-	39.924	37.397
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	32.234	26.689	72.158	64.086
	2.034.945	2.160.922	201.649	195.621

a) Informações sobre Investimentos

Descrição				Controladora		
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.651.364	5.377.151	383.618
Celesc G	43.209	100%	100%	351.334	436.788	101.600
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	1.827	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Em 31 de dezembro de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.501.051	7.202.344	81.346
Celesc G	43.209	100%	100%	372.169	424.070	33.654
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506

⁷ Sociedade de Propósito Específico.

Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
---------	-------	-----	-----	-------	-------	------

					Consolidado	
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,5%	32,5%	60.513	86.598	(3.637)
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.498	5.498	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.033	6.446	(52)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.455	25%	25%	31.466	49.132	1.271
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	15.592	26.690	-
Em 31 de dezembro de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	45.476	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.162	61.960	170
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.044	6.470	(91)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	33.542	58.286	851
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.688	45.398	(465)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.038	12.639	(400)

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2013	1.538.756	275.639	36.666	82.179	30.958	1.964.198
Dividendos e JCP Creditados	(92.173)	(25.905)	(12.248)	(2.919)	(14.431)	(147.676)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	383.618	101.600	22.399	6.926	10.077	524.620
Reversão de Dividendos	-	-	-	-	85	85
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(178.837)	-	-	-	-	(178.837)
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Dividendos e JCP Creditados	(37.542)	(12.819)	(6.850)	(252)	(20.596)	(78.059)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	81.346	33.654	5.519	1.007	26.141	147.667
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2013	36.666	82.179	30.958	31.668	181.471
Integralizações	-	-	-	5.491	5.491
Dividendos e JCP Creditados	(12.248)	(2.919)	(14.431)	-	(29.598)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.399	6.926	10.077	(885)	38.517
Reversão de Dividendos	-	-	85	-	85
Outros Ajustes	-	-	-	1.123	1.123
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Integralizações	-	-	-	10.956	10.956
Dividendos e JCP Creditados	(6.850)	(252)	(20.596)	-	(27.698)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.519	1.007	26.141	(145)	32.522
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	4	4
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de dezembro de 2015 era de R\$41.476 (R\$42.944 em 31 de dezembro de 2014), é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado					
	Terre- nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru- ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento
Em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266
Adições	-	-	-	-	191	3.496
Depreciação	-	(37.565)	(1.476)	(9.474)	(135)	-
(+/-) Transferências	-	-	69	-	391	(460)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	752	21.313	810	6.796	(1)	-
Realização de Provisão para Perdas (ii)	-	20.486	784	5.196	48	-
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.343	1.711	161.302
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.394)	(31)	-
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.894)	(968)	-
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302
Adições	-	-	-	-	-	9.480
Baixas	-	-	-	-	-	(171)
Depreciação	(4.283)	(30.505)	(4.094)	(20.933)	(228)	-
(+/-) Transferências	166	3.801	36.851	106.374	(175)	(147.017)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	1.463	1.589	(5.306)	(15.580)	(5)	-
Realização de Provisão para Perdas (ii)	187	3.130	998	6.657	107	-
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.717	1.537	23.594
Provisão para Perdas	(10.562)	(37.483)	(5.179)	(16.316)	70	-
Depreciação Acumulada	(4.283)	(125.952)	(14.222)	(65.828)	(1.196)	-
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594
	45%	21%	11%	15%	30%	0%



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

(i) Em 2015 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$29.835 e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$12.056, gerando um aumento de provisão de R\$17.779. A Usina Garcia, não teve sua concessão renovada conforme a Lei Federal nº 12.783/13, tendo seus ativos totalmente depreciados até o final da concessão em 07 de julho de 2015, no valor de R\$60.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

(ii) Em 2015, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o exercício de 2015, de R\$11.079.

O fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* foi descontado por uma taxa média de 9,33%, que se refere ao Custo do Capital Próprio.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por Unidade Geradora de Caixa – UGC, registrados no exercício de 2015, estão demonstrados a seguir:

Unidades Geradoras de Caixa – UGCs	Provisão/Reversão 2015
Usina Palmeiras	(2.499)
Usina Bracinho	(6.344)
Usina São Lourenço	3.447
Usina Celso Ramos	(42)
Usina Garcia	(60)
Usina Rio dos Cedros	2.514
Usina Salto	(429)
Usina Pirai	1.659
Usina Caveiras	3.494
Usina Ivo Silveira	-
Usina Rio do Peixe	943
Usina Pery	(20.522)
Total	(17.839)

17. Intangível

Descrição	31 de dezembro 2014	Amortizações	Controladora
			31 de dezembro 2015
Ágio Aquisição ECTE	7.960	(503)	7.457

Consolidado

Descrição	Contratos de Concessão (a)	Uso do Bem Público (b)					Total
	Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	-	3.525	102.037
Custo Total	976.820	2.720	14.248	6.279	-	3.525	1.003.592
Amortização Acumulada	(892.547)	(1.088)	(6.288)	(1.632)	-	-	(901.555)
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	-	3.525	102.037
Adições	5.473	-	-	254	-	320	6.047
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(89.746)	(544)	(503)	(2.155)	-	-	(92.948)
Amortizações - Renovação de Concessão	(106.596)	-	-	-	-	-	(106.596)
Transferência Ativo Indenizatório - Renovação de Concessão (nota 12)	3.162.280	-	-	-	-	-	3.162.280
Transferências	-	-	-	-	70	(70)	-
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Custo Total	4.144.573	2.720	14.248	6.533	70	3.775	4.171.919
Amortização Acumulada	(1.088.889)	(1.632)	(6.791)	(3.787)	-	-	(1.101.099)
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Taxa Média de Amortização	3,4%	20%	3,5%	33%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível. (Vide Nota 12)

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito.



A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 2015 a amortização anual foi de R\$2.155. Em 31 de dezembro de 2015 o respectivo saldo passivo era de R\$2.785. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 9,33%.

Os valores mensais recolhidos durante o exercício de 2015 foram:

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP 2015	Valor das Parcelas UBP 2014
PCH Garcia	26	24
PCH Ivo Silveira	7	6
PCH Cedros	25	22
PCH Salto	19	18
PCH Bracinho	29	27
UHE Palmeiras	39	36
PCH Pery	61	55
UHE Caveiras	7	6
PCH Celso Ramos	14	13

18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	127.217	124.917	-	-	127.217	124.917
Provisão para Perdas em Ativos	70.640	70.381	-	-	70.640	70.381
Benefício Pós-Emprego	305.565	239.968	-	-	305.565	239.968
Custo Atribuído	-	-	22.580	37.593	(22.580)	(37.593)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	25.260	28.934	-	-	25.260	28.934
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	62.514	70.880	(62.514)	(70.880)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	77.027	87.334	(77.027)	(87.334)
Parcela A - CVA	2.565	9.593	153.988	162.785	(151.423)	(153.192)
Outras Provisões	-	-	1.183	545	(1.183)	(545)
	531.247	473.793	317.292	359.137	213.955	114.656

	Consolidado	
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	2015	2014
Ativo	214.282	130.068
Passivo	(327)	(15.412)
Tributo Diferido Líquido	213.955	114.656

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Os tributos diferidos da Parcela A – CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2015 são:

	Consolidado	
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
Ano	2015	2014
2015	-	82.918
2016	88.824	40.261
2017	43.283	40.261
2018	43.283	48.522
Acima de 2018	355.857	261.831
Total	531.247	473.793

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	130.674	513.055	174.050	834.515
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SLL	(44.429)	(174.439)	(59.177)	(283.735)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	50.207	178.371	11.057	13.096
Benefício Fiscal	-	-	178	(335)
Incentivo Fiscal	-	-	(57)	(437)
Juro Sobre Capital Próprio	(412)	(4.909)	(412)	(885)
Provisões Indedutíveis	(176)	(655)	(836)	(513)
Multas Indedutíveis	-	-	(3.951)	(3.642)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	(5.947)
Participação dos Administradores	(131)	(199)	(167)	(199)
Impairment/Depreciação VNR	-	-	(13.394)	(28.630)
Perda por Recuperabilidade	-	-	(4.932)	-
Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	(14.680)
Custo Atribuído	-	-	15.013	-
Outras Adições (Exclusões)	(5.059)	1.831	13.302	4.447
	-	-	(43.376)	(321.460)
Corrente	-	-	(42.675)	(41.104)
Diferido	-	-	(701)	(280.356)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-24,92%	-38,52%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

Na Celesc e Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Energia Elétrica	558.302	561.962
Encargos de Uso da Rede Elétrica	36.730	37.959
Materiais e Serviços	78.901	80.651
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	58.388	8.771
	732.321	689.343

20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	416.921	375.932
Empréstimos Bancários (b)	7,55 a.a.	-	9.950
Eletrobras (c)	5,00 a.a.	89.435	135.861
Finame (d)	2,5 a 8,7 a.a.	35.818	34.722
Total		542.174	556.465
Circulante		217.157	322.586
Não Circulante		325.017	233.879

a) Empréstimos Bancários

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100 milhões junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI, sendo calculados por dias úteis (ano de 252 dias úteis).

Em 27 de abril de 2015, foi repactuado junto a Caixa Econômica Federal - CEF, o empréstimo para capital de giro, com prazo de pagamento alongado para 38 meses, carência de 8 (oito) meses e amortização mensal após carência. O referido empréstimo é garantido por recebíveis (duplicatas).

b) Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015.

c) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%, oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

d) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Ano 2016	-	153.215
Ano 2017	201.292	30.924
Ano 2018	90.123	20.883
Ano 2019	15.524	14.617
Ano 2020	7.448	6.541
Ano 2021 +	10.630	7.699
	325.017	233.879

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2013	199.686	178.953	378.639
Ingressos	88.230	391.302	479.532
Encargos Provisionados	47.745	-	47.745
Transferências	336.376	(336.376)	-
Amortizações de Principal	(301.756)	-	(301.756)
Pagamentos de Encargos	(47.695)	-	(47.695)
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174

21. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Em reunião no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos referentes a segunda emissão de Debêntures na Celesc D. O contrato foi assinado no valor de R\$300 mil sendo emitidas 3 mil Debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.

As novas debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tem prazo de vigência de doze meses a partir da data de emissão, vencendo em 10 de setembro de 2016. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,50% ao ano.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, todos os indicadores foram cumpridos.

Movimentação das Debêntures:

	Consolidado
Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2013	303.033
Ingressos	-
Atualização Monetária	34.446
Pagamentos	(34.957)
Custos na Emissão de Debêntures	366
Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Ingressos	291.000
Atualização Monetária	56.982
Pagamentos	(53.258)
Custos na Emissão de Debêntures	3.119
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Circulante	301.598
Não Circulante	299.133

22. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	-	-	177.055	101.718
PIS e COFINS	412	1.336	59.106	25.374
IRPJ e CSLL	-	-	23.738	33.374
Outros	99	90	9.801	8.822
Circulante	511	1.426	269.700	169.288

23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Programa de Eficiência Energética – PEE	162.633	152.825
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	72.952	65.565
Encargo Conta Bandeiras Tarifária (i)	34.289	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	69.606	65.164
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	1.324.463	8.854
Reserva Global de Reversão – RGR	-	73
Uso do Bem Público	2.786	4.657
Outros	5.546	1.175
	1.672.275	298.313
Circulante	1.415.572	113.208
Não Circulante	256.703	185.105

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer as Receitas com Bandeiras referente ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Nota 10).

24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	1.063	717	-	-
Cíveis	5.450	5.587	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	6.627
	16.849	16.640	6.437	7.890

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	22.324	29.392
Trabalhistas	45.907	43.254	50.443	64.738
Cíveis	61.936	49.689	153.269	132.137
Regulatórias	49.248	47.960	51.518	46.078
Ambientais	-	-	24.273	24.172
	160.873	144.685	301.827	296.517

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos	Provisões para	Depósitos	Provisões para
	Judiciais	Riscos	Judiciais	Riscos
Em 31 de dezembro de 2014	16.640	7.890	144.685	296.517
Adições	451	-	76.304	65.570
Baixas	(242)	(1.453)	(60.116)	(60.260)
Em 31 de dezembro de 2015	16.849	6.437	160.873	301.827

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Em 14 de agosto de 2015 foi publicada a decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, a qual determinou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E deveria ser o fator de atualização dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, devendo prevalecer a partir de 30 de junho de 2009.

Diante deste cenário, foi ajuizada a Reclamação Constitucional com pedido de liminar

perante o Supremo Tribunal Federal – STF, pleiteando a suspensão de eficácia da decisão proferida pelo TST. Em 14 de outubro de 2015 o STF proferiu decisão deferindo a liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST e da tabela única editada pelo CSJT, determinando, ainda, que o TST preste os esclarecimentos necessários. A Administração da Companhia avalia que o assunto ainda carece de definição por parte do Judiciário e está acompanhando o seu desfecho.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), perda de produção de fumo (danos materiais), bem como o provisionamento da ACP nº 5003526-83.2011.404.7200, processo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina referente ao “Apagão de 2003” no valor de R\$10 milhões, entre outras.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Contingências Ambientais

Em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Tributárias (i)	2.253	2.383
Trabalhistas (ii)	13.408	5.443
Cíveis (iii)	51.366	38.210
Regulatórias (iv)	32.701	14.877
Ambientais (v)	16.292	16.218
	116.020	77.131

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	789.350	703.923
Plano Misto/Transitório (a)	789.350	703.923
Outros Benefícios a Empregados	619.865	499.196
Plano Celos Saúde (b)	464.289	316.689
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	108.841	151.060
Outros Benefícios (d)	46.735	31.472
Total	1.409.215	1.203.144
Circulante	173.205	170.853
Não Circulante	1.236.010	1.032.291

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$508 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou em 2015 a atualização monetária e



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de dezembro de 2015 a Celesc D havia quitado o débito com 311 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	3.671	-	(27.729)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.258)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335	-	19.075	6.410	9.441
Em 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.506	-	108.841	16.444	38.316

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	7.730
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(346)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	-	-	29.229	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	31.119	32.495	38.268	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	864
Ganho/Perda sobre os Ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	(277)
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	7.971
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	(318)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.376	8.517	28.661	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	37.598	35.032	42.691	-
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	871
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	(499)
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	8.025

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.560.983	707.232	354.789	151.061	9.349	30.091
Benefícios Concedidos	1.299.074	707.232	336.989	151.061	1.452	28.034
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	7.897	2.057
Valor justo dos ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	(7.971)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	151.061	1.378	30.091
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	108.841	16.444	38.316
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	108.841	4.750	36.122
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	11.694	2.194
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)	-	(8.025)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	108.841	8.419	38.316

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Plano Transitório	42.580	33.571
Plano Misto	35.463	23.091
Plano Pecúlio	3.199	61
PDVI 2002	-	601
PDVI 2012	12.938	20.290
Plano Médico	11.610	(5.950)
Outros	-	3.197
	105.790	74.861

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Taxa de Desconto (i)	13,20%	10,93%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	13,20%	10,93%
Taxa de Crescimento Salarial (ii)	8,59%	5,55%
Taxa de Inflação Futura	5,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (iii)	3,75%	6,00% (iii)
Taxa real de Crescimento dos Custos Médicos por faixa etária (<i>aging factor</i>)	2,50%	2,50%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,50%	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,00%	98,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,00%	98,00%

(i) A taxa de desconto sugerida baseia-se na média em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos do governo de longo prazo - NTN-B), em 31 de dezembro 2015, observada a duração dos planos pós empregos oferecidos pela Celesc (7,30% a.a. em termos reais).

(ii) Hipótese não aplicável ao Plano Transitório, por não haver mais participantes ativos e fechados a novas adesões.

(iii) Decrescente em 0,5% a.a. até o exercício de 2024. Taxa substitui a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Mortalidade Geral	AT-2000	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Light Média	Ligh Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2016

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2016
Plano Transitório	46.997
Plano Misto	40.024
Plano Pecúlio	1.071
PDV 2012	9.909
Plano Médico	33.185
Outros Benefícios	4.045
	135.231

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2015, e em Reunião do Conselho Fiscal no dia 25 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital social até o limite autorizado no Estatuto Social limitado a R\$1.340.000, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais, mediante a capitalização da parcela de lucro retido no montante de R\$322.300 oriundo da reserva de retenção de lucros.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de dezembro de 2015					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(243.745) em 31 de dezembro de 2015 e R\$(20.485) em 31 de dezembro de 2014, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Deemed Cost – Celesc G	43.832	72.975
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(287.577)	(93.460)
	(243.745)	(20.485)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão das Demonstrações Financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Composição do Lucro Básico e Diluído

	Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	3,1968	12,5515
Ações preferenciais nominativas - PN	3,5165	13,8066
Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	49.638	194.888
Ações preferenciais nominativas - PN	81.037	318.167
	130.674	513.055

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

e) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em especial no que tange ao disposto nos artigos 192 e 203, é assim demonstrada:

	Controladora	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Lucro líquido do Exercício	130.674	513.055
(-) Constituição de Reserva Legal	(6.534)	(25.652)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	124.140	487.403
Dividendos Propostos	37.242	146.221
Total dos Dividendos do Exercício	37.242	146.221
Mínimo Obrigatório (25%)	31.035	121.851
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório a ser aprovada em AGO	6.207	24.370

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 a 21.12.2016	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2014 à 14.05.2016	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

28. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

31 de dezembro de 2015

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	6.733.042	133.897	(2.244)	6.864.695
Custo das Vendas	-	(6.307.537)	(72.168)	2.244	(6.377.461)
Resultado Operacional Bruto	-	425.505	61.729	-	487.234
Despesas com Vendas	-	(184.743)	(742)	-	(185.485)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.031)	(252.592)	(9.731)	-	(291.354)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	67.929	(16.579)	-	52.803
Resultado de Equivalência Patrimonial	147.667	-	(145)	(115.000)	32.522
Resultado das Atividades	120.089	56.099	34.532	(115.000)	95.720
Receitas Financeiras	12.590	395.203	18.663	(11.060)	415.396
Despesas Financeiras	(2.005)	(344.225)	(1.896)	11.060	(337.066)
Resultado Financeiro, líquido	10.585	50.978	16.767	-	78.330
Lucro antes IRPJ e CSLL	130.674	107.077	51.299	(115.000)	174.050
IRPJ e CSLL	-	(25.731)	(17.645)	-	(43.376)
Lucro do Exercício	130.674	81.346	33.654	(115.000)	130.674
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.265.046	7.202.344	424.070		
Total dos Passivos	40.318	5.701.293	51.901		

31 de dezembro de 2014

Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G (Reapresentado)	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida - ROL	-	6.097.117	150.088	(1.964)	6.245.241
Custo das Vendas	-	(5.190.793)	(36.238)	1.964	(5.225.067)
Resultado Operacional Bruto	-	906.324	113.850	-	1.020.174
Despesas com Vendas	-	(153.531)	(660)	-	(154.191)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.098)	(222.531)	(6.720)	-	(258.349)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	16	173.301	28.277	-	201.594
Resultado de Equivalência Patrimonial	524.620	-	(885)	(485.218)	38.517
Resultado das Atividades	495.538	703.563	133.862	(485.218)	847.745
Receitas Financeiras	19.737	208.346	13.132	-	241.215
Despesas Financeiras	(2.220)	(249.714)	(2.511)	-	(254.445)
Resultado Financeiro, líquido	17.517	(41.368)	10.621	-	(13.230)
Lucro antes IRPJ e CSLL	513.055	662.195	144.483	(485.218)	834.515
IRPJ e CSLL	-	(278.577)	(42.883)	(485.218)	(321.460)
Lucro do Exercício	513.055	383.618	101.600	(485.218)	513.055
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.477.806	5.570.591	436.788		
Total dos Passivos	134.348	3.919.227	85.454		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	9.301.961	6.190.399
Suprimento de Energia Elétrica (a)	267.527	282.015
Disponibilização da Rede Elétrica	469.464	241.828
Arrendamento e Aluguéis	-	24.913
Renda de Prestação de Serviços	1.169	2.190
Energia Elétrica de Curto Prazo	490.170	553.018
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	758.788	452.896
Outras Receitas Operacionais	9.760	9.469
Doações e Subvenções (i)	543.182	415.917
Receita de Construção	430.886	346.924
	12.272.907	8.519.569
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(2.086.450)	(1.410.881)
PIS	(183.765)	(126.563)
COFINS	(846.438)	(582.963)
ISS	-	(1)
Reserva Global de Reversão – RGR	(742)	(1.957)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.485.189)	(98.215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(33.581)	(26.373)
Programa Eficiência Energética – PEE	(31.511)	(26.373)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(7.480)	-
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(1.185)	(1.002)
Conta Bandeiras Tarifárias	(697.582)	-
Outros Encargos	(34.289)	-
	(5.408.212)	(2.274.328)
Receita Operacional Líquida – ROL	6.864.695	6.245.241

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE em 2015 foi de R\$520.608. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$22.574.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Residencial	2.157.059	2.080.657	5.188.797	5.323.112	3.086.961	2.124.060
Industrial	102.300	100.347	4.559.779	4.803.472	2.802.893	1.822.071
Comercial	249.167	241.018	3.565.389	3.713.157	2.255.389	1.508.466
Rural	234.340	233.041	1.297.173	1.328.437	508.585	324.843
Poder Público	22.048	21.334	415.279	432.813	251.893	171.721
Iluminação Pública	612	579	583.535	570.894	227.297	135.081
Serviço Público	2.956	2.779	324.122	320.754	168.943	104.157
Total do Fornecimento	2.768.482	2.679.755	15.934.074	16.492.639	9.301.961	6.190.399
Suprimento de Energia	86	84	1.816.461	1.576.023	267.527	282.015
Total	2.768.568	2.679.839	17.750.535	18.068.662	9.569.488	6.472.414

(i) Informações não auditadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de dezembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	5.300.061	-	-	-	5.300.061
Pessoal (b)	322.666	129.879	54.191	12.406	519.142
Administradores	-	6.909	-	-	6.909
Despesa Atuarial	-	26.457	-	-	26.457
Entidade de Previdência Privada (b)	17.995	7.414	2.666	-	28.075
Material	13.639	5.518	2	-	19.159
Custo de Construção	430.886	-	-	-	430.886
Custos e Serviços de Terceiros	64.255	66.061	57.545	403	188.264
Depreciação e Amortização	222.717	36.367	-	-	259.084
Provisões Líquidas	(11.079)	-	(19.433)	23.149	(7.363)
Arrendamentos e Aluguéis	1.623	14.447	485	(83.573)	(67.018)
Outros Custos e Despesas	14.698	1.698	90.030	(5.188)	97.842
	6.377.461	291.354	185.485	(52.803)	6.801.497

Descrição	31 de dezembro de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas (Reapresentado)	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.319.525	-	-	-	4.319.525
Pessoal (b)	291.689	112.401	42.202	16.463	462.755
Administradores	-	6.418	-	-	6.418
Despesa Atuarial	-	14.121	-	-	14.121
Entidade de Previdência Privada (b)	16.032	6.129	2.119	-	24.280
Material	15.408	5.572	3	-	20.983
Custo de Construção	346.924	-	-	-	346.924
Custos e Serviços de Terceiros	68.752	67.879	80.949	397	217.977
Depreciação e Amortização	183.779	32.434	-	-	216.213
Provisões Líquidas	(26.514)	-	5.292	(238.958)	(260.180)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	6.874	6.874
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	0	0
Outros Custos e Despesas	9.472	13.395	23.626	13.630	60.123
	5.225.067	258.349	154.191	(201.594)	5.436.013



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro 2015	GWh (i)	31 de dezembro 2014	GWh (i)
Aliança Geração de Energia S.A.	17.510	276	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	1.027.272	4.039	503.985	4.125
Tractebel Energia S.A.	437.251	2.723	411.629	2.733
Tradener Ltda.	14.495	41	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	211.396	277	319.302	277
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	529.209	1.821	238.547	1.453
Pie RP Termoeletrica S.A.	13.254	38	-	-
Companhia Energética de Petrolina – CEP	105.245	200	164.338	200
SJC Bioenergia Ltda.	7.171	37	7.317	37
Serra do Facão Energia S.A.	16.907	93	15.848	93
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	-	-	145.585	180
Furnas Centrais Elétricas S.A.	227.725	1.579	216.500	1.591
Arembepe Energia S.A.	-	-	163.602	180
Cemig Geração e Transmissão S.A.	160.452	758	159.203	961
Companhia Energética Potiguar	98.601	134	120.101	134
Companhia Hidreletrica Teles Pires	9.162	129	-	-
Companhia Energética de São Paulo – CESP	128.823	950	121.613	913
Copel Geração e Transmissão S.A.	127.043	905	120.422	911
Energética Suape II S.A.	65.895	203	121.107	203
ECE Participações S.A.	6.115	50	-	-
Eletrobras Termonuclear S.A.	110.857	723	107.282	721
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	11.796	136	40.679	136
Porto do Pecem Geração de Energia	100.352	472	82.247	472
Usina Xavantes S.A - Aruanã	46.233	37	73.481	37
Lages Bioenergética Ltda.	45.476	193	43.293	193
Foz do Chapecó Energia AS	36.189	199	33.937	199
Brentech Energia S.A.	20.298	50	29.258	50
Companhia Energética Estreito	34.452	197	32.335	197
BTG Pactual Comercializadora de Energia	44.538	128	-	-
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	23.955	33	13.420	33
Candeias Energia S.A.	11.908	33	18.777	33
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	43.822	242	50.498	242
Geradora de Energia do Norte S.A.	13.562	37	18.617	37
Borborema Energética S.A.	6.830	18	11.276	18
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	9.022	50	-	-
Linhares Geração S.A.	11.731	33	12.856	33
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	15.287	37	19.495	37
Termelétrica Viana S.A.	7.101	18	11.209	18
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	14.225	67	12.170	67
Centrais Elétricas Norte do Brasil	14.222	100	13.547	108
Rio PCHI S.A.	9.527	52	8.930	52
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	8.624	50	8.083	50
Empresa Energética Porto das Pedras	9.069	50	8.504	50
Energest S.A.	8.602	55	8.080	55
Maracanau Geradora de Energia S.A.	6.735	18	9.065	18
Santa Fé Energia S.A.	6.939	38	6.504	38
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	37.832	379	33.096	381
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	12.740	103	12.095	104
Santo Antônio Energia S.A.	125.088	1.101	78.040	724
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(376.704)	-
Outros	109.839	1.055	86.398	969
	4.160.377	19.957	3.335.567	19.063
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	544.295	(505)	1.107.937	1.070
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(582.919)	-
Encargo de Uso da Rede Elétrica	474.478	-	335.635	-
Proinfa	120.911	427	123.305	414
	1.139.684	(78)	983.958	1.484
	5.300.061	19.879	4.319.525	20.547

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Pessoal				
Remunerações	17.372	18.294	272.762	241.858
Encargos Sociais	254	152	108.150	94.491
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	22.609	14.640
Benefícios Assistenciais	-	-	35.781	32.088
Provisões e Indenizações	100	99	79.485	79.351
Outros	292	276	355	327
Entidade de Previdência Privada	-	-	28.075	24.280
	18.018	18.821	547.217	487.035

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
				Reapresentado
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	3.745	2.969	60.818	50.274
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	69.072	54.059
Variações Monetárias	-	1.556	18.952	6.038
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	38.503	16.050
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	15.950	-
Deságio Fornecedor	-	-	65	-
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	20.722	5.149
Renda de Dividendos	987	5	987	5
Ganho com Valor Justo - Casan	-	16.035	-	16.035
Receita Financeira de VNR	-	-	186.833	89.253
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	(1.336)	-	(1.336)
Outras Receitas Financeiras	8.488	508	13.958	5.688
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(630)	-	(10.464)	-
	12.590	19.737	415.396	241.215
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(73.264)	(47.745)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(79.333)	(60.740)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	-	-	(8.897)	-
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	(3.119)	-
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(73.702)	(16.564)
Variações Monetárias	-	-	(2.430)	(4.031)
Amortização do Ágio	(1.971)	(1.971)	(1.971)	(1.971)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(27.188)	(22.028)
Despesa Financeira de VNR	-	-	-	(50.716)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(2.403)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(56.982)	(34.446)
Outras Despesas Financeiras	(34)	(249)	(7.777)	(16.204)
	(2.005)	(2.220)	(337.066)	(254.445)
Resultado Financeiro	10.585	17.517	78.330	(13.230)



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

29. Informações Complementares da Celesc D**29.1. Balanço Patrimonial**

Ativo	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	3.361.980	5.007.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	734.239	287.715
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.890.451
Contas a Receber de Clientes	1.437.865	1.005.378
Estoques	7.838	8.638
Tributos a Recuperar	155.802	49.473
Ativo Financeiro Parcela A	248.458	450.566
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	662.236	240.635
Outros Créditos	115.542	75.002
Não Circulante	3.840.364	369.293
Ativo Indenizatório (Concessão)	196.520	-
Contas a Receber de Clientes	15.918	6.398
Tributos Diferidos	214.282	130.068
Tributos a Recuperar	15.029	18.595
Depósitos Judiciais	143.911	127.956
Ativo Financeiro - Parcela A	196.901	-
Outros Créditos	2.119	2.003
Intangível	3.055.684	84.273
Total do Ativo	7.202.344	5.377.151
Passivo	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	3.289.482	1.689.730
Fornecedores	723.456	687.537
Empréstimos e Financiamentos	217.157	322.586
Debêntures	301.598	4.120
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	130.423	119.727
Tributos e Contribuições Sociais	240.907	131.987
Dividendos Propostos	19.320	91.109
Taxas Regulamentares	1.413.205	110.852
Previdência Privada	18.343	15.106
Passivo Atuarial	173.171	170.828
Outros Passivos	51.902	35.886
Não Circulante	2.411.811	2.036.049
Empréstimos e Financiamentos	325.017	233.879
Debêntures	299.133	298.768
Taxas Regulamentares	254.714	182.537
Passivo Atuarial	1.236.010	1.032.291
Provisão para Contingências	294.462	286.099
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.501.051	1.651.364
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	735.038	691.234
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(287.577)	(93.460)
Total do Passivo	7.202.344	5.377.151

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	Ajustes	31 de dezembro 2014 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	6.733.042	6.097.117	-	6.097.117
Receita de Serviço de Energia Elétrica	6.302.156	5.750.193	-	5.750.193
Receita de Construção	430.886	346.924	-	346.924
Custos Operacionais	(6.307.537)	(5.190.793)	-	(5.190.793)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(5.876.651)	(4.843.869)	-	(4.843.869)
Custo de Construção	(430.886)	(346.924)	-	(346.924)
Resultado Operacional Bruto	425.505	906.324	-	906.324
Despesas Operacionais	(369.406)	(263.501)	60.740	(202.761)
Despesas com Vendas	(184.743)	(153.531)	-	(153.531)
Despesas Gerais e Administrativas	(252.592)	(283.271)	60.740	(222.531)
Outras Despesas Operacionais	67.929	173.301	-	173.301
Resultado das Atividades	56.099	642.823	-	703.563
Resultado Financeiro	50.978	19.372	(60.740)	(41.368)
Receitas Financeiras	395.203	208.346	-	208.346
Despesas Financeiras	(344.225)	(188.974)	(60.740)	(249.714)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	107.077	662.195	-	662.195
IRPJ e CSLL	(25.731)	(278.577)	-	(278.577)
Diferido	(15.786)	(278.577)	-	(278.577)
Corrente	(9.945)	-	-	-
Lucro do Exercício	81.346	383.618	-	383.618

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	9.234.542	6.143.059
Suprimento de Energia Elétrica (a)	185.461	165.932
Ativos e Passivos Financeiros	758.788	452.896
Disponibilização da Rede Elétrica	471.697	243.792
Energia de Curto Prazo	490.170	553.018
Arrendamento e Aluguéis	-	24.913
Doações e Subvenções	543.182	415.917
Receita de Construção	430.886	346.924
Outras Receitas Operacionais	10.929	11.659
	12.125.655	8.358.110
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(2.086.450)	(1.410.881)
PIS	(181.798)	(124.713)
COFINS	(837.375)	(574.437)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.485.189)	(98.215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(31.511)	(26.373)
Programa Eficiência Energética – PEE	(31.511)	(26.373)
Taxa de Fiscalização	(6.908)	-
Outros Encargos	(731.871)	(1)
	(5.392.613)	(2.260.993)
Receita Operacional Líquida – ROL	6.733.042	6.097.117

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Residencial	2.157.059	2.080.657	5.188.797	5.323.112	3.086.961	2.124.060
Industrial	102.281	100.336	4.280.376	4.585.985	2.735.474	1.788.641
Comercial	249.167	241.017	3.565.389	3.621.825	2.255.389	1.494.556
Rural	234.340	233.041	1.297.173	1.328.437	508.585	324.843
Poder Público	22.048	21.334	415.279	432.813	251.893	171.721
Iluminação Pública	612	579	583.535	570.894	227.297	135.081
Serviço Público	2.956	2.779	324.122	320.754	168.943	104.157
Total do Fornecimento	2.768.463	2.679.743	15.654.671	16.183.820	9.234.542	6.143.059
Suprimento de Energia	46	44	1.493.121	1.323.036	185.461	165.932
Total	2.768.509	2.679.787	17.147.792	17.506.856	9.420.003	6.308.991

(i) Informações não auditadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.289.554	-	-	-	5.289.554
Pessoal	316.889	105.553	53.924	12.406	488.772
Despesa Atuarial	-	26.457	-	-	26.457
Entidade Previdência Privada	17.995	7.414	2.666	-	28.075
Material	13.446	5.054	2	-	18.502
Custo de Construção	430.886	-	-	-	430.886
Custos e Serviços de Terceiros	60.204	61.242	57.134	403	178.983
Depreciação e Amortização	160.689	35.653	-	-	196.342
Provisões Líquidas	-	-	(19.433)	8.363	(11.070)
Outros Custos e Despesas	17.874	11.219	90.450	(89.101)	30.442
	6.307.537	252.592	184.743	(67.929)	6.676.943

Descrição	31 de dezembro de 2014						
	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total	Ajustes	Total Reapresentado
Energia Elétrica Comp. Revenda	4.319.140	-	-	-	4.319.140	-	4.319.140
Pessoal	285.171	88.867	41.982	16.463	432.483	(60.740)	421.743
Despesa Atuarial	-	74.861	-	-	74.861	-	74.861
Entidade de Previdência Privada	16.032	6.129	2.119	-	24.280	-	24.280
Material	15.220	5.546	3	-	20.769	-	20.769
Custo de Construção	346.924	-	-	-	346.924	-	346.924
Custo e Serviços de Terceiros	65.087	63.947	80.567	397	209.998	-	209.998
Depreciação e Amortização	133.656	31.731	-	-	165.387	-	165.387
Provisões Líquidas	-	-	5.292	(208.871)	(203.579)	-	(203.579)
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL	-	-	-	6.203	6.203	-	6.203
Outros Custos de Despesas	9.563	12.190	23.568	12.507	57.828	-	57.828
	5.190.793	283.271	153.531	(173.301)	5.454.294	(60.740)	5.393.554

30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	200.859	157.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	162.573	145.158
Contas a Receber de Clientes	37.220	11.479
Estoques	198	72
Tributos a Recuperar	466	301
Outras contas a receber	402	57
Não Circulante	223.211	279.721
Tributos a Recuperar	202	137
Depósitos Judiciais	113	89
Partes Relacionadas	488	-
Investimentos	39.924	37.397
Imobilizado	174.805	232.294
Intangível	7.679	9.804
Total do Ativo	424.070	436.788

Passivo	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	48.657	64.946
Fornecedores	9.023	1.680
Tributos e Contribuições Sociais	28.282	35.875
Taxas Regulamentares	2.367	2.356
Outros Passivos	992	905
Dividendos Propostos	7.993	24.130
Não Circulante	3.244	20.508
Tributos Diferidos	327	15.412
Provisão para Contingências	928	2.528
Taxas Regulamentares	1.989	2.568
Patrimônio Líquido	372.169	351.334
Capital Social Realizado	145.532	128.000
Reservas de Lucro	182.805	150.359
Ajuste de Avaliação Patrimonial	43.832	72.975
Total do Passivo	424.070	436.788

30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	Ajustes	31 de dezembro 2014 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	133.897	151.090	(1.002)	150.088
Receita	133.897	151.090	(1.002)	150.088
Custos Operacionais	(72.168)	(36.238)	-	(36.238)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(72.168)	(36.238)	-	(36.238)
Resultado Operacional Bruto	61.729	114.852	(1.002)	113.850
Despesas Operacionais	(27.197)	19.010	1.002	20.012
Despesas com Vendas	(742)	(660)	-	(660)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.731)	(6.720)	-	(6.720)
Provisões, Líquidas	(16.239)	30.087	-	30.087
Outras Despesas Operacionais	(340)	(2.812)	1.002	(1.810)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(145)	(885)	-	(885)
Resultado das Atividades	34.532	133.862	-	133.862
Resultado Financeiro	16.767	10.621	-	10.621
Receitas Financeiras	18.663	13.132	-	13.132
Despesas Financeiras	(1.896)	(2.511)	-	(2.511)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	51.299	144.483	-	144.483
IRPJ e CSLL	(17.645)	(42.883)	-	(42.883)
Corrente	(32.730)	(41.104)	-	(41.104)
Diferido	15.085	(1.779)	-	(1.779)
Lucro do Exercício	33.654	101.600	-	101.600

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	Ajustes	31 de dezembro 2014 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB				
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	67.419	33.430	-	33.430
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	-	13.910	-	13.910
Suprimento de Energia Elétrica (a)	17.932	24.844	-	24.844
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	64.145	91.239	-	91.239
	149.496	163.423	-	163.423
Deduções da Receita Operacional				
ICMS	-	-	-	-
PIS	(1.967)	(1.850)	-	(1.850)
COFINS	(9.063)	(8.526)	-	(8.526)
Reserva Global de Reversão – RGR	(742)	(1.957)	-	(1.957)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(572)	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(2.070)	-	-	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(1.185)	-	(1.002)	(1.002)
	(15.599)	(12.333)	(1.002)	(13.335)
Receita Operacional Líquida – ROL	133.897	151.090	(1.002)	150.088

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	19	11	279.403	217.487	67.419	33.430
Comercial, Serviços e Outros	-	1	-	91.332	-	13.910
Suprimento de Energia	42	40	91.648	106.648	17.932	24.844
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	231.692	146.339	64.145	91.239
Total	61	52	602.743	561.806	149.496	163.423

(i) Informações não auditadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10.518	-	-	-	10.518
Pessoal	5.777	6.308	267	-	12.352
Material	193	464	-	-	657
Custos e Serviços de Terceiros	4.051	1.642	411	-	6.104
Depreciação e Amortização	62.028	709	-	-	62.737
Provisões Líquidas	(11.079)	-	-	16.239	5.160
Outros Custos e Despesas	680	608	64	340	1.692
	72.168	9.731	742	16.579	99.920

Descrição	31 de dezembro de 2014					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Ajustes	Total Reapresentado
Energia Elétrica Comprada para Revenda	385	-	-	-	-	385
Pessoal	6.518	4.713	220	-	-	11.451
Material	188	26	-	-	-	214
Custos e Serviços de Terceiros	3.665	943	382	-	-	4.990
Depreciação e Amortização	50.123	698	-	-	-	50.821
Comp. Fin. Recursos Hídricos	-	-	-	1.002	(1.002)	-
Provisões Líquidas	(26.514)	-	-	(30.087)	-	(56.601)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	671	-	671
Outros Custos e Despesas	1.873	340	58	1.139	-	3.410
	36.238	6.720	660	(27.275)	(1.002)	15.341

32. Evento Subsequente

32.1 Contrato de Concessão das Usinas da Celesc G – Leilão nº 12/2015

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência realizado pela Aneel, no dia 25 de novembro 2015.

A Empresa teve êxito no Lote C arrematando, no referido leilão, as Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões.

A assinatura do contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016 foi mediante o pagamento de bonificação de outorga. O valor da bonificação de outorga é de R\$228,5 milhões, sendo que a 1ª parcela foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total e a 2ª parcela, de R\$79,9 milhões será atualizada pela taxa Selic, com o vencimento em 05 de julho de 2016. Este valor será amortizado pelo prazo de concessão das Usinas.

As Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, possuem concessão até 07 de novembro de 2016. O início do prazo da nova concessão de 30 anos e a alocação em cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, terá vigência a partir de 08 de novembro, conforme disposto no §3º do artigo 1º da Portaria MME nº 218/2015.

A usina Garcia, com potência instalada de 8,92MW, teve o vencimento da sua concessão em 07 de julho de 2015. O prazo da nova concessão é de 30 anos a partir da assinatura do contrato.

A energia gerada pela usina será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do SIN.

O regime de cotas será de 100% da garantia física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução nº 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

32.2 Contratação de Debêntures na Celesc G

O Conselho de Administração aprovou em 27 de janeiro de 2016, a primeira emissão de Debêntures da Celesc Geração S.A. Foi aprovada, ainda, a constituição de fiança pela Companhia, em garantia das Debêntures a serem emitidas pela Celesc G, em razão da qual a Companhia figurará, juntamente com a Celesc G, como devedora solidária e principal pagadora das Debêntures, em termos e condições adicionais a serem previstos no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples.

A Emissão contará com as principais características abaixo:

- (i) Valor Total da Emissão: R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (abaixo definido);



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- (ii) Número de Séries: a Emissão será realizada em uma única série;
- (iii) Quantidade de Debêntures: a Emissão será constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures;
- (iv) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”);
- (v) Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures será o dia 3 de março de 2016 (“Data de Emissão”);
- (vi) Conversibilidade, Espécie, Tipo e Forma: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- (vii) Prazo e Vencimento: terão prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data da Emissão, de forma que vencerão no dia 3 de março de 2018 (“Data de Vencimento”);
- (viii) Remuneração: (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (b) Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI –Depósitos Interfinanceiros;
- (ix) Pagamento dos Juros Remuneratórios: os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária; e
- (x) Amortização do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

Proposta de Orçamento de Capital**Proposta de Orçamento de Capital**

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2016, aprovada pelo Conselho de Administração conforme NE/CA nº 004/2016, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

a) Programa de Investimentos

Programas	Valores (R\$ Mil)
Ativos Elétricos	291.336
Ativos Não Elétricos	23.290
Usinas Próprias	3.962
Ampliação de Usinas	18.000
Bonificação de Outorga	228.559
Participação em Novos Negócios	28.492
TOTAL	593.639

b) Origem dos Recursos

Origem	Valores (R\$ Mil)
Recursos de Terceiros	357.996
Recursos Próprios	235.643
TOTAL	593.639

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1.1, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ricardo Schenk Duque
Auditores Independentes Contador
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º RS.060571/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o orçamento de capital e a proposta da administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Parecer dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 29 de março 2016, opina, por maioria, com exceção dos Conselheiros Telma Suzana Mezia e Guilherme Silva Roman, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 29 de março de 2016.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Antonio Ceron

Guilherme Silva Roman

Luiz Hilton Temp Telma Suzana Mezia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Nelson Marcelo Santiago Antônio José Linhares
Diretor de Gestão Corporativa Diretor de Assuntos
Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza Enio Andrade Branco
Diretor Comercial Diretor de Geração, Transmissão e
Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi Rubens José Della Volpe
Diretor de Distribuição Diretor de Planejamento
e Controle Interno

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Nelson Marcelo Santiago Antônio José Linhares
Diretor de Gestão Corporativa Diretor de Assuntos
Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza Enio Andrade Branco
Diretor Comercial Diretor de Geração, Transmissão e
Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi Rubens José Della Volpe
Diretor de Distribuição Diretor de Planejamento
e Controle Interno

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8